

MARIA VILMA VIEIRA DE ANDRADE

**Terras,
Escravos e
Homens Livres:
Fazendas em torno da Vila Cajazeiras**

**Cajazeira - Paraíba
fevereiro de 2005**

MARIA VILMA VIEIRA DE ANDRADE

**Terras,
Escravos e
Homens Livres:**
Fazendas em torno da Vila Cajazeiras

Monografia apresentada como exigência para a conclusão do Curso de Especialização em Teoria e Metodologia do Ensino de História da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, Campus de Cajazeiras, sob a orientação metodológica do Profº. Drº. Osmar Luiz da Silva Filho.

Cajazeiras-Paraíba
fevereiro de 2005



A553t Andrade, Maria Vilma Vieira de.
Terras, escravos e homens livres: fazendas em torno da
Vila de Cajazeiras / Maria Vilma Vieira de Andrade. -
Cajazeiras, 2005.
51p.

Não disponível em CD.
Monografia(Especialização em Teoria e Metodologia do
Ensino de História)Universidade Federal de Campina Grande,
Centro de Formação de Professores, 2005.
Não disponível em CD.

1. Cajazeiras - Paraíba - história. 2. Vila de
Cajazeiras - 1865 à 1885. 3. Historiografia. I. Silva
Filho, Osmar Luiz da. II. Universidade Federal de Campina
Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título

CDU 94(813.3)

SUMÁRIO

1. Agradecimentos.....	4
2. Apresentação.....	5
3. Capítulo I:.....	7
Os desafios do conhecimento histórico:	
Prática Historiográfica, Narrativa e Tempo da História.	
4. Capítulo II:.....	16
Janelas para a História.	
5. Capítulo III:.....	29
Realidade Cotidiana.	
6. Capítulo IV:.....	43
Um Mundo Rural.	
7. Conclusão.....	48
8. Referências Bibliográficas.....	50

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças a oportunidade dada pela UFCG, quando nos proporcionou esse curso de especialização na área de história. Agradeço muito aos Coordenadores do Curso de Pós-graduação, em especial a professora Maria Lucinete Fortunato que se empenhou para conseguir trazer o curso para o campus de Cajazeiras. Em igual medida, os meus agradecimentos ao professor Francinaldo de Sousa Bandeira e a nossa secretária, companheira e amiga Socorro Caldeira, como também, a todos os professores que contribuíram direta ou indiretamente para o curso.

Chego hoje à reta final da minha pós-graduação e apresento a todos o resultado final de um trabalho feito com muito carinho, dedicação e esforço. Esse resultado foi conseguido não só por mim, mas pelo meu marido, Marcelo Cardoso, que cuidou de nossa filha Giovana Maria para que pudesse concluir meus trabalhos, pelos meus pais, irmãos e amigos, que, nas horas mais difíceis de cansaço e desânimo, estiveram presentes para dar força e incentivo na caminhada. Agradeço ainda, aos funcionários da II Vara do Fórum Ferreira Júnior, à proprietária e Tabeliã do Cartório de Registro de Imóveis Antonio Holanda, Maria Dolores, juntamente com seus funcionários, que colaboraram com o trabalho de pesquisa. Mas o maior responsável por tudo isso é meu professor e orientador Osmar Luiz da Silva Filho, que me acompanhou durante todo o percurso desse árduo caminho. Deixo a todos o meu *muito obrigada*.

APRESENTAÇÃO

Esse trabalho é fruto de um desejo que tenho desde muito jovem: conhecer um pouco mais da história de Cajazeiras. Apesar de não ser cajazeirense, sou uma cajazeirada de coração, acolhida por essa cidade, quando ainda era criança.

Nas escolas não tive a oportunidade de conhecer a história dessa cidade. No curso de graduação em história também não tive contato com informações sobre a cidade, mas a curiosidade era enorme. Por isso resolvi, no curso de pós-graduação, buscar um pouco mais dessa história. Encontrei informações riquíssimas nos inventários armazenados no Fórum Ferreira Júnior (II Vara) e nos livros de compra e venda de terra e escravos, existentes no Cartório de Registro de Imóveis Antonio Holanda.

O objetivo desse trabalho é mostrar um pouco mais da história da cidade de Cajazeiras nos anos “Oitocentos”, período em que esta ainda era uma Vila, e estava completamente envolvida em um mundo rural. Procurei mostrar fatores importante da economia da cidade, através de informações registradas nos inventários dos moradores e nos registro de transações comerciais, realizadas, não só na Vila, mas em todo o universo ao seu redor.

O primeiro capítulo dessa investigação apresenta os principais paradigmas que marcaram a historiografia nos últimos vinte anos. A partir das matrizes teóricas, tivemos a oportunidade de nos posicionar sobre o quadro teórico-metodológico que foi aplicado nessa pesquisa histórica. Optamos então pela *micro-história* e seus referenciais, dialogando também com os elementos da nova *história econômica*.

No segundo capítulo, traçamos um percurso de busca, na historiografia brasileira, sobre as raízes explicativas do tema. Encontramos em Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Gilberto Freire e outros, explicações clássicas para pensar o nosso objeto. Essas recorrências foram necessárias em autores que pensaram os temas da terra, das relações econômicas, da ocupação do território e da formação do patriarcado rural. Parece-nos que, originalmente, nossa investigação aí reside.

No terceiro capítulo, chegamos ao que é *específico* da investigação. Ao abrir as janelas da história, encontramos um mundo rural e sua composição sócio-econômica. De maneira pormenorizada trazemos ao leitor *nossa realidade*. Encontramos senhores, escravos, homens livres, ritmos de cotidianidade e traços estruturais de uma sociedade rural que se compunha em torno da Vila de Cajazeiras. Nossa escrita apresenta o mercado de escravos, as famílias favorecidas com relações de compra e venda, a constituição da riqueza no mundo rural, a administração da herança e as relações sociais entre os atores da história nessa contemporaneidade.

No quarto e último capítulo investigamos o seguinte problema: *“Até que ponto as fazendas existentes no entorno da Vila de Cajazeiras, afirmaram-se como “persistência” num momento em que as áreas urbanas começavam a passar por modificações históricas e melhoramentos materiais?”*

Para concluir, diremos que nossa pesquisa empírica ocorreu na II Vara do Fórum Ferreira Júnior e no Cartório de Registro de Imóveis Antonio Holanda, onde compulsamos vários inventários e registros de compra e venda, de bens imóveis e de bens semoventes.

I**OS DESAFIOS DO CONHECIMENTO HISTÓRICO****Prática Historiográfica, Narrativa e Tempo da História**

A diversidade de caminhos traçados e seguidos pela história são indescritíveis. De Heródoto a Tucídides ela vem sendo escrita de várias formas, em vários gêneros. A partir da segunda metade do século XVIII, alguns escritores começaram a se preocupar com uma história que não fosse apenas história política dos grandes feitos; a intenção deles era trabalhar uma história que envolvesse comportamento, valores, estruturas econômicas e sociais. Diante de contestações, no final do século XIX, surgem encaminhamentos para a substituição da "história política". A partir daí, os historiadores foram motivados a trabalhar a história em colaboração com outras disciplinas. A exemplo disso temos Lucien Febvre e Marc Bloch (líderes da primeira geração dos Annales). O primeiro englobou, na sua tese de doutorado, lutas de grupos sociais em conflito de idéias e sentimentos, introduzindo ainda a geografia, em seus trabalhos; depois direcionou seus estudos para as atitudes coletivas. O segundo se comprometia mais com a sociologia do que com a geografia, trabalhando com a história comparativa e levando em consideração as noções de tempo e espaço. Tanto Lucien Febvre como Marc Bloch trabalhavam sob a perspectiva de uma história problema e pensavam de forma interdisciplinar¹.

Esses dois historiadores foram responsáveis pelo surgimento da revista dos Annales, idealizada por Lucien Febvre e colocada em prática por Marc Bloch. O objetivo da revista era ser diferente das demais revistas de história e influenciar, intelectualmente a história social e econômica, para difundir uma abordagem nova e interdisciplinar da história. Eles também inspiraram a história das mentalidades coletivas a partir dos anos 60 e influenciaram grandes historiadores, como foi o caso

¹ BURKE, Peter. A Escola dos Annales: dos fundadores à era atual – A Escola dos Annales. São Paulo, UNESP, 1991.

de Fernand Braudel², que deu uma grande contribuição para a formação das noções de tempo e espaço, mostrando a necessidade de ampliar fronteiras e utilizar uma concepção mais “global” de história. Muitos historiadores viam como significativa a maneira pela qual Braudel manejava o tempo e dividia o tempo histórico em geográfico, social e individual; sua grande contribuição às ciências sociais foi a criação da consciência de que as estruturas estão sujeitas a mudanças.

Dando início a uma exploração de novas perspectivas do passado, a “história política” perde espaço para a história social e econômica de forma ampla³: seria uma “*história vista de baixo*”. Esse conceito começou a ser trabalhado a partir da obra de Edward Thompson, “The history from below”, a partir da qual muitos historiadores ampliaram suas pesquisas, para explorar experiências históricas de pessoas comuns. A “história vista de baixo” apresenta muitas dificuldades na busca de evidências, pois as fontes são escassas, principalmente sobre classes sócias inferiores; outra grande dificuldade, é a determinação do que seria realmente “história vista de baixo”.⁴

O interesse pela história de pessoas comuns surge com o crescimento do movimento trabalhista, mas é possível adotar essa perspectiva para períodos anteriores. Os registros oficiais podem ser utilizados para explorar gerações passadas. Por isso muitos historiadores sociais e econômicos passaram a empregar vários tipos de documentação em suas pesquisas; um exemplo disso, são: casos judiciais, registros paroquiais, testamentos e escrituras⁵. Um dos principais objetivos

² Idem

³ Dentre os paradigmas que influenciaram a historiografia ocidental nas últimas duas décadas temos: a História Cultural Francesa, a História Social Inglesa, a Micro-história Italiana e a Matriz Teórica Foucaultiana. Na História Cultural Francesa ocorreu uma aproximação entre história e antropologia, os historiadores incorporaram uma dimensão simbólica da antropologia, mas seu objeto de estudo continuou a privilegiar as temáticas culturais. Os historiadores dialogavam cada vez mais com a antropologia e procuravam adequar a linguagem e o método dessa disciplina ao tratamento histórico das temáticas culturais que utilizavam em seus trabalhos. Enquanto que, a História Social Inglesa tornou-se uma vertente historiográfica que tem estado em evidência nos últimos anos, tendo como destaque Edward P. Thompson, o qual revolucionou o fazer historiográfico ao nível dessa vertente, optando este, por uma história com os “de baixo”, narrando experiências sociais de trabalhadores ingleses. Já a Micro-história Italiana, vertente histórica que deu inúmeras contribuições para a renovação do fazer historiográfico, seu método trata de reflexões acerca de uma “redução da escala”, método que tem como características essências, dentre outros aspectos, uma “análise microscópica” e um “estudo intensivo do material documental”. Por fim, a Matriz Teórica Foucaultiana, trás reflexões de Foucault em trono das práticas discursivas colocando-o como uma das principais referências para os que trabalham com o instrumental teórico da análise do discurso, em que pese o caráter polissêmico que a envolve, seus interlocutores e possibilidades de enfoque.

⁴ BURKE, Peter. A Escrita da História – A “história vista de baixo”. São Paulo, UNESP, 1992

⁵ Muitos historiadores trabalharam a partir desse tipo de documentação e obras fantásticas foram escritas, dentre elas podemos citar: *O massacre dos gatos* escrito por Robert Darton. Ele selecionou detalhes, ordenou os acontecimentos e estruturou a história de maneira a destacar o que lhe parecia significativo. Nessa obra, Darton trabalha a partir dos relatos dos operários sobre os gatos que ocupavam um lugar especial na casa da Rua Saint-Séverin. A paixão pelos gatos tinha tomado conta dos donos das gráficas, os patrões, ou burgueses como chamavam os operários. Criavam-se tantos gatos que os trabalhadores já não conseguiam dormir com o uivo dos gatos nos telhados. Seus operários resolveram pagar com a mesma moeda, subiram no telhado das casas de seus patrões e uivavam como gatos, fazendo com seus patrões passem noites e noites acordados até que estes resolveram mandar seus aprendizes livrar-se dos gatos, iniciando um massacre geral

dos historiadores da “história vista de baixo” é a ampliação pelo número de leitores e mostrar a tomada de consciência de que as pessoas comuns também fizeram coisas no passado que podem ser comparadas com o que vivemos hoje. Os historiadores que trabalharam com essa história mostraram a necessidade de se compreender as pessoas das classes inferiores, nas sociedades passadas. A imaginação do historiador veio a produzir novos questionamentos e novas abordagens, diante de documentos específicos, bem como, descobrir novas fontes e explorar novos temas. A “história vista de baixo” contribuiu para a reintegração entre a história e os grupos sociais, como também para a descoberta da história desses grupos.⁶

O interesse pela história de pessoas comuns influenciou também os historiadores que trabalham com a micro-história. A micro-história, por ser uma prática historiográfica com referências teóricas variadas e ecléticas, produz uma diversidade de material e através dele demonstra a limitação da variedade de elementos comuns. O historiador da micro-história faz uma descrição mais realista do comportamento humano, por isso vai ocupar uma posição específica na nova história, mostrando que o trabalho do historiador não se resume a interpretação de textos: ele deve interpretar os próprios acontecimentos.

A micro-história surge na Itália e começa a ser divulgada na década de 1980. É uma prática historiográfica de micro-análise (olhar específico). Os pressupostos de análise, antes captavam as grandes estruturas; com a micro-história esses pressupostos vão ser redefinidos e passar a observar sinais e indícios, delimitando o campo de estudo. Depois vai atrás dos sinais que estão na documentação; redefinem a noção de contexto e a hierarquia das problemáticas históricas. Essa prática historiográfica se interessa por temas de personagens

aos gatos; *História Noturna: Decifrando o Sabá* escrito por Carlos Ginzburg, onde ele mostra que a tendência de se tomar como objeto de estudo de grupos subalternos, a exemplo de camponeses e mulheres, teria levado os historiadores a se aproximarem da antropologia e, conseqüentemente, de temas que antes eram estudados basicamente por antropólogos, como por exemplo a feitiçaria, tema central dessa sua obra que como personagem principal Macfarlane, que examinava a idade e o sexo dos acusados de bruxaria, sua relação com os vizinhos e a comunidade de modo geral; *O Queijo e os vermes*, também escrito por Ginzburg, uma composição de fragmentos numa grande interpretativa que parte de um reduzido campo de análise, mas que atinge um alargamento de interpretação, é, pois, a estratégia seguida por esse autor. Esse livro, baseado em extensa documentação, revela de maneira exemplar a erudição do autor, que recupera a história de um moleiro Menocchio, vítima das garras da inquisição na Itália. Esse episódio de vida, lhe dá acesso ao universo da cultura popular da Europa Pré-industrial; *O poder da aldeia*, de Giovanni Levi, parte também de um ponto de entrada – a história de um exorcista, Giovan Battista, que viveu no povoado de Santena, no Piemonte do século XVII. Nesse livro Levi revela a presença de relações interpessoais e da ação individual, só visíveis no micro, como índices explicativos da mudança social; *Os Reis Taumaturgos*, de Marc Bloch, onde é mostrado a história do milagre régio – isto é, do poder dos reis na França e na Inglaterra, de curar os doentes de escrófulas com um simples toque – e da crença nesse milagre.

⁶.Idem

desconhecidos ou temas bastante célebres. Os temas mais comuns são os que possibilitam uma investigação microanalítica.

A micro-história é uma prática baseada na redução da escala de observação e no estudo intensivo de documentos. Valoriza elementos individuais, destacando os acontecimentos da vida de alguns indivíduos. Apesar da redução da escala de observação, o objeto analisado continua fazendo parte de um sistema maior. A observação em escala menor permite que fatores, que numa escala mais ampla não permitiria, sejam observados. Os micro-historiadores não se interessam somente pela observação: eles também se preocupam com o problema da narrativa: não adianta apenas transcrever resultados em livros: é de fundamental importância à comunicação com leitor através da escrita.⁷

Muitos historiadores têm trabalhado com recortes temporais menores. Reduzem a escala de análise, utilizando-se do método da micro-análise; dentre eles temos Carlos Ginzburg⁸, Ronaldo Vainfas⁹, Peter Burke e outros.

A micro-história¹⁰ é uma prática historiográfica com referências teóricas variadas e ecléticas; com métodos relacionados a procedimentos reais e detalhados; utilizados no trabalho do historiador. Muitos desses historiadores fazem intercâmbio com as ciências sociais e produzem teorias historiográficas, sem fazer referência a conceitos ou princípios próprios. Produzem uma diversidade de material e através dele demonstra a limitação da variedade de elementos comuns. A micro-história pode ser utilizada como uma possibilidade de redefinição de conceitos e análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes.

A tarefa do historiador de micro-análise é descrever do modo mais realista possível o comportamento humano. A micro-história passa a ocupar uma posição específica no âmbito da nova história, qual seja: mostrar que o trabalho do historiador não se restringe à mera interpretação de textos: deve interpretar o próprio acontecimento, seguindo uma prática baseada na redução da escala de observação e no estudo intensivo dos documentos; ela reduz a escala de observação, mas o

⁷ BURKE, Peter. *A Escrita da História – Sobre a micro-história* São Paulo, UNESP, 1992

⁸ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989

⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história – Os Protagonistas Anônimos da História*, Rio de Janeiro, Campus, 2002

¹⁰ idem

objeto analisado continua fazendo parte de uma escala maior, ou seja: continua localizado num sistema mais amplo. A observação em escala menor, a micro observação, permite observar alguns fatores que uma observação mais ampla não o conseguiria: esse é o princípio que unifica a micro-história.

Quanto ao problema da narrativa, temos a dizer: o historiador é consciente de que a pesquisa histórica não se preocupa apenas com a transcrição dos resultados em livros: o problema não é só a retórica. O trabalho histórico não se reduz à retórica; deve levar em conta a comunicação com o leitor. Na micro-história, o ponto de vista do pesquisador faz parte do relato: o processo de pesquisa e as limitações documentais são descritos, as hipóteses e as linhas de pensamento são mostradas. Por sua vez, o leitor participa do processo de construção do argumento histórico.

Na micro-história, há uma valorização dos elementos individuais, destacando a vida e os acontecimentos que envolvam o objeto da análise. Não rejeita todas as formas de abstrações, pois os fatos insignificantes e os casos individuais podem ajudar a revelar um fenômeno mais geral. A micro-história se direciona “a ramos não quantitativos da matemática, para apresentar representações mais realistas e menos mecanicistas”¹¹: aumenta a indeterminação sem rejeitar elaborações formalizadas.

Ronaldo Vainfas, em seu ensaio **Micro-história: Os protagonistas Anônimos da História** trata sobre o que a micro-história não é; o surgimento da micro-história; como e quando a micro-história começa a aparecer nas obras de alguns autores; os bastidores da micro-história e a diferença entre macro-análise e micro-análise. Aquele ensaio mostra que a história das mentalidades abrange um tema em um grande espaço de tempo; faz uma escala de análise ampla e o tempo de duração também é amplo. A única familiaridade que existe entre micro-história e história das mentalidades são os temas. A história cultural, por seu turno, faz recortes em temas da história das mentalidades, em espaço temporal menor, inserido no contexto social.

¹¹ Idem ao anterior

Historiadores, filósofos e teóricos literários não têm enfrentado com seriedade o problema do “status” da narrativa histórica¹², por estes considerados um artefato verbal com pretensões de ser um modelo de estruturas e processos não sujeito a controles experimentais ou observacionais. Um bom historiador profissional mostra, a seus leitores, que as características dos acontecimentos, dos agentes e das atividades são provisórios e que os registros históricos, muitas vezes, são incompletos. Segundo Rayden White, muitos teóricos da literatura relutaram em aceitar as narrativas históricas como ficções verbais; por sua vez, a fusão da consciência mística com a história, desagradou a historiadores e teóricos literários que concebiam a literatura como oposição à história ficcional. Referenciamos Northrop Frye, quando diz que o histórico é, de certa forma, oposto ao mítico¹³: mas, dependendo do nível de abrangência do projeto do historiador, ele se tornará mítico. Afirma ainda, que o ideal inspirador da escrita histórica pressupõe uma oposição entre mito e história, mas, toda obra literária possui aspectos ficcionais e temáticos, que se forem levados à projeção ficcional para articulação do tema, deixa de ser literatura. Na história, se o “elemento ficcional” estiver presente de “maneira óbvia”, deixará de ser totalmente história e unir-se-á à poesia. A princípio, muitos historiadores e teóricos literários acreditavam que o histórico fosse, de certa forma, oposto ao mítico, mas depois passou a perceber que, dependendo da abrangência do projeto do historiador, o histórico poderia se tornar mítico.¹⁴

Os acontecimentos históricos por si só não constituem uma história: o máximo que podem oferecer são os “elementos da estória”. Os acontecimentos históricos são neutros e o tipo de história em que vão ser utilizados dependem do historiador, ao configurá-los ao tipo de história que pretende escrever, mostrando assim, que um acontecimento histórico pode ser contado e interpretado de maneiras diferentes; quanto ao leitor. ao acompanhar o relato do historiador, ele consegue compreender que tipo de história está lendo. A narrativa descreve acontecimentos de registros históricos, mostra ao leitor o que deve ser escolhido como ícone dos acontecimentos, para que este se torne mais familiar. A narrativa histórica serve

¹² WHITE, Hayden. *A Interpretação da História – Trópicos do Discurso*. São Paulo, EDUSP, 1994.

¹³ WHITE, Hayden. *A Interpretação da História – Trópicos do Discurso*. São Paulo, EDUSP, 1994.

¹⁴ *Idem*

como mediadora dos acontecimentos relatados e a estrutura de enredo pré-genérica, que é utilizada em nossa cultura para dar sentido aos acontecimentos e situações não familiares. Para Levi-Straus, não se pode validar os relatos históricos, observando apenas os seus elementos individualmente: esses elementos têm que ser integrados a uma coerência global.¹⁵

As escrituras históricas são construídas a partir das fórmulas narrativas: a história é sempre narrativa. Pelo fato de ser narrativa, torna-se possível à compreensão histórica. É possível, também, mostrar a inteligibilidade do fenômeno histórico a partir do cruzamento de seus traços acessíveis. Assim, pode-se utilizar diferentes formas de escrituras históricas, para construir modos de inteligibilidade diferentes de realidades históricas, pensadas diferentemente. A narrativa histórica apresenta-se como a reconstrução de um passado pré-existente. Mas, esse conceito de realidade, referindo ao passado, é difícil de ser problematizado da forma pela qual a história é concebida pelos historiadores, a partir de vestígios, embora sua verdade seja garantida pelo uso de operações controláveis, verificáveis e renováveis. Através do uso da escrita, nos seus trabalhos, o historiador tem controle sobre algumas significações e impõe sentido a fatos ou objetos. Os estudos de D. F. Mackenzie sobre biografia mostram que textos podem ser reempregados e reinterpretados por diversos leitores¹⁶. Deixa claro que a escrita é de uso social e pode ser utilizada por sociedades diversas, a partir de realidades distintas e objetivos diferenciados, assim como, um mesmo texto escrito também pode ser utilizado e interpretado diferentemente, variando de acordo com a realidade e a necessidade de determinada sociedade, podendo adquirir sentido diferente. O sentido do texto será determinado pelo seu leitor/ouvinte específico.

O historiador que pretende familiarizar o leitor com o que não é familiar, deve utilizar uma linguagem figurativa, em vez de uma linguagem técnica. A linguagem técnica só será familiar para aqueles que foram instruídos para o seu uso. Sendo assim, a narrativa é indispensável para o trabalho do historiador, pois esta, não é apenas um registro do que aconteceu e sim uma redescrição progressiva de

¹⁵ Idem

¹⁶ WHITE, Hayden. *A Interpretação da História – Trópicos do Discurso*. São Paulo, EDUSP, 1994.

conjuntos de eventos que decodifica um mundo verbal, para recodificar de um outro modo.¹⁷

O historiador extrai dos registros históricos fatos fragmentados que precisam ser agrupados para terem sentido e mostrar um mundo ordenado. Essa mesma forma de agrupar é utilizada pelos romancistas. Hoje, já não somos mais obrigados a acreditar que a ficção é a antítese do fato ou que os fatos podem ser relacionados sem a utilização de técnicas ficcionais. Uma das grandes preocupações dos historiadores é utilizar a linguagem de forma simples, salvo para alguns filósofos da história e alguns escritores clássicos da historiografia.¹⁸

Com a crítica literária, a escrita da história, ganhou novo sentido, pois os atores históricos determinantes na construção do sentido, foram substituídos pela interpretação crítica literária, considerada como descobridora da significação. Através da história da literatura, é possível mostrar a história das diferentes modalidades de apropriação dos textos, interrogar sobre as relações que as obras mantêm com o mundo social, tentando evitar que as obras se resumam a mero estatuto documental.

Tudo o que existe, ao redor do homem, possui uma representação social, criada pelo próprio homem a partir de suas necessidades no mundo. Ele as cria com o objetivo de ajustá-los ao mundo, ditar regras de comportamento, possibilitar a dominação física e intelectual; ajudar a identificar e resolver problemas. É por isso que essas representações são sociais e de grande importância para a vida cotidiana. São elas que guiam o trabalho conjunto de nomeação e definição dos diferentes aspectos da realidade diária: as interpretações desses aspectos, as tomadas de decisões e os posicionamentos frente a eles.

As representações sociais são elaboradas a partir do que se apresenta, ou seja, pensamentos preexistentes envolvidos por uma moral social. Nos últimos anos, tais fenômenos começaram a tornar-se assunto central para as ciências humanas e a observação das representações sociais passaram a acontecer, naturalmente, em várias ocasiões.

¹⁷ Idem

¹⁸ WHITE, Hayden. *A Interpretação da História – As ficções da representação factual* – São Paulo, EDUSP, 1994.

Essas representações apóiam-se em valores variáveis, definidos pelos grupos sociais que produzem a sua significação, envolvendo saberes anteriores reavivados por situações sociais particulares. Estão ligadas a sistemas de pensamentos ideológicos ou culturais, a conhecimentos científicos, à condição social e à experiência pessoal e afetiva dos indivíduos. As instituições e as redes de comunicação informais ou da mídia influem na sua elaboração e podem causar, inclusive, a manipulação social. As representações sociais são, portanto, fenômenos complexos, transversais e vitais: estão sempre ativados e em ação na vida social.¹⁹

Enfim, a renovação da história vai abrir espaços para uma nova forma de narrativa, para novas concepções de tempo e novas modalidades do fazer historiográfico.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE**
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

¹⁹JODELET, Denise. *As Representações Sociais* – Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 2001

II

JANELAS PARA A HISTÓRIA

Nos reportando ao Brasil, veremos que a historiografia brasileira foi criada com a contribuição de vários escritores, historiadores, cientistas, sociólogos, dentre outros. Cada um procurou mostrar, através da sua visão e formação acadêmica e teórica, como se constituiu a formação da nação e do povo brasileiro. Várias perspectivas foram trabalhadas e até criadas, a partir do que se acreditava ser importante e essencial à história da formação da sociedade brasileira, marcada por acontecimentos que traçaram seu caminho, na história.

Fazemos parte de uma sociedade historicamente, determinada por antagonismos culturais e econômicos. Desde o início da colonização esses antagonismos perduram até hoje. Interessante observar é: a mistura de raças e a facilidade de mobilidade de povos africanos para o trabalho rural. A “miscibilidade” do colonizador português é incomparável a qualquer outro povo colonizador. Foi a saída encontrada pelos portugueses, para compensar a falta de pessoas na colônia. É notório que o processo de colonização, no Brasil, foi marcado por muitas dificuldades de natureza econômica, sociais e culturais. Um dos maiores problemas enfrentados pelo colonizador português foi à escassez de pessoas, vindas de Portugal, para ocupar a extensa área de terra. A solução encontrada para esse problema foi “a íntima convivência, o intercuro social e sexual com raças de cor, invasoras ou vizinhas da Península”²⁰

Aqui, o colonizador português conseguiu não só adaptar-se às novas condições de clima e solo, desfavoráveis aos objetivos do europeu colonizador; como também, foi capaz de suprir a falta de pessoas para dar continuidade à colonização, através do intercuro entre mulheres índias e negras; daí resultou uma sociedade mais adaptável ao clima dos trópicos brasileiros. Utilizou-se de técnicas econômicas e política social que eram novidade para as empreitadas colonizadoras.

²⁰ FREIRE, Gilberto – *Casa-grade e Senzala*. Ed. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro/Brasília. 21 ed. 1981.

Ao invés de extração de metais preciosos ou comércio de especiarias, o colono português passou a desenvolver a riqueza vegetal, através do capital e do esforço particular, ou seja, da agricultura, surgindo daí a grande lavoura escravocrata. Em seguida, o colonizador aproveitou a gente nativa, tanto para o trabalho, como para a formação de famílias, atitude esta que contribuiria para a dominação e ocupação das novas terras.

A sociedade colonial brasileira desenvolveu-se, patriarcal e aristocraticamente, através das grandes fazendas, que ostentavam o poder de seus donos. Uma das formas de demonstrar o seu domínio e poder era através de suas moradias, ou seja, as casas grandes das fazendas. Estas casas representavam o centro de um sistema de economia rural e familiar, como também, um tipo de habitação patriarcal.

Ao chegar ao Brasil, os colonizadores portugueses alimentavam as esperanças de encontrar montanhas de pedras preciosas, de fácil aquisição. Sonharam que rapidamente conseguiriam acumular riquezas. Logo esse sonho foi desfeito. Ao chegarem à colônia, começou a busca desenfreada de metais preciosos. Logo surgiram as dificuldades de acesso à mata em busca de riquezas. Muitas tribos nativas não se sociabilizavam bem, com os desbravadores e acabavam em conflitos, para defender as suas terras. A alternativa que restava era adaptar-se à terra. Começa a exploração da terra, através de outro método: a agricultura.

Acredita-se que a maioria dos colonos que se tornaram grandes proprietários de terras não tinham amor à terra, nem à cultura nela desenvolvida. É de se admirar o sucesso que teve a colonização portuguesa no Brasil, firmada em base rural. Mesmo assim, a economia agrária foi a grande responsável pelo desenvolvimento econômico do Brasil Colonial.

“Terra e homem estavam em estado bruto”²¹. Não havia como manter o comércio com o Oriente, pois não existia uma base comercial. Existiam no Brasil muitos indígenas, que mal dominavam a agricultura, apesar da vastidão de terras

²¹ Idem

virgens, riquíssimas, viáveis para a exploração agrícola. Foi esse então o caminho seguido pelos portugueses: a exploração da agrícola.

A princípio, o colonizador português adotou a mão-de-obra indígena para o trabalho na lavoura; mais tarde substituída pela mão-de-obra escrava, no cultivo da cana-de-açúcar. À medida que aumentava o trabalho nas propriedades crescia a necessidade de mais mão-de-obra para trabalhar. Foi o início das bandeiras, em busca de índios para trabalhar nas fazendas. Como é de conhecimento geral, as bandeiras eram processos violentos de captura de índios, para o trabalho forçado, desenvolvido pelos colonos portugueses na exploração da terra. Muitos conflitos foram travados entre os bandeirantes e as tribos indígenas; a maioria dos nativos lutava bravamente, para se proteger dos caçadores de índios. Ao final, muitos foram os mortos: tanto indígenas, como brancos desbravadores.

Os índios não suportavam o esforço do trabalho escravo ao qual era submetido e por isso grandes eram as perdas desses trabalhadores. O índice de mortalidade de índios submetidos à escravidão era alto. Diante das dificuldades em se conseguir índios para trabalhar nas lavouras e da pouca resistência que este apresentava para o trabalho, os fazendeiros começaram a substituir os indígenas pelos negros, vindos da África. Muitas eram as vantagens de se utilizar a mão-de-obra negra: os negros eram mais resistentes ao trabalho escravo, conseqüentemente produziram mais nas lavouras.

Assim começou a se desenhar o Brasil Colonial, com colonos portugueses que começaram explorar a terra através da agricultura. Um detalhe: não eram eles que faziam o trabalho da terra, e sim seus escravos. A escravidão foi a peça chave para o desenvolvimento das fazendas no Brasil, porque foram poucos os colonos portugueses que se instalaram no Brasil e pouco numerosas, a princípio, eram as suas famílias. As famílias não conseguiriam produzir o suficiente para estabelecer um comércio dos produtos. Por isso, a necessidade da implantação do trabalho escravo; quanto maior o número de escravos, trabalhando na lavoura das fazendas, maior seria a quantidade de produtos a serem comercializados.

A dominação do Brasil, durante esse período colonial, ficou nas mãos dos fazendeiros. Esse Brasil patriarcal concentrou o domínio nas mãos dos senhores de

terras e escravos, que através da força impuseram seu poder à sociedade que se formava. Durante muito tempo, campo e cidade foram dominados pelos fazendeiros: eles faziam as leis e impunham as regras. A casa-grande foi uma forma de consolidar esse poder. Enquanto os proprietários desfrutavam do conforto de suas mansões, os escravos eram submetidos a condições subumanas, nas senzalas. Para impor poder e garantir o domínio em suas terras, os fazendeiros utilizavam-se de força e violência a fim de manter ordem e respeito, ou seria melhor: impor temor a seus subalternos. Muitos eram os castigos, aos quais os escravos eram submetidos, sempre na presença dos demais escravos, para que servisse de lição a todos: torturas, privações e assassinatos eram comuns, impingidos pelos capatazes das fazendas²², a mando de seus senhores.

As fazendas sediavam as relações entre senhores e escravos naquele Brasil patriarcal. Ao estudar as relações entre senhores e escravos, Gilberto Freire mostra que aqui se desenvolveu uma sociedade estável, no campo²³, em contra ponto com antagonismos econômicos e culturais. O maior e o mais profundo deles era a relação entre senhores e escravos. Observamos isso, no fato de que os senhores, apesar de se apresentarem como superiores aos seus escravos, acabaram mantendo relações sexuais com suas escravas, formando assim uma raça miscigenada, resultante da mistura de branco e negro. Dessa mistura, resultariam pessoas que nem seriam brancas, nem negras.

Além das relações sexuais, às quais Gilberto Freire refere-se no seu livro **Casa-grande e senzala**, também vamos observar o convívio dos senhores com escravos, dentro de sua própria casa. Todo o serviço da casa-grande era feito pelos negros que conviviam com o senhor e toda a sua família. Os escravos se destacavam dos demais, porque exerciam um trabalho bem mais leve e tinham, digamos, prestígio maior entre o senhor e sua família. Por esses fatos, concluímos que havia um equilíbrio nas relações entre senhores e escravos. De certa forma, havia um convívio familiar entre essas duas classes tão distintas, que em nada atenuava o poder de dominação dos fazendeiros, continuando com postura de

²² Pessoas de confiança dos fazendeiros, também conhecidos como capitão do mato, eram temidos pelos escravos por serem estes quem capturava os escravos fugidos e torturavam-nos por ordem dos fazendeiros, não só os fugidos como qualquer outro que o proprietário mandasse.

²³ FREIRE, Gilberto – *Casa-grande e Senzala*. Ed. Livraria José Olympio. Rio de Janeiro/Brasília. 21 ed. 1981.

conquistador, exercendo seu poder sobre o conquistado, ligados pelas circunstâncias econômicas, base da nossa formação patriarcal.

O produto da colonização portuguesa no Brasil não foi propriamente obra do Estado Português: resultou do convívio social. O que tivemos aqui foi uma história de vidas privadas. As famílias construíram um tipo de sabedoria que possibilitou certa harmonia na sociedade rural, apesar das disparidades. Estudando a sociedade patriarcal, Gilberto Freire, em sua obra **Casa-grande e senzala**, reforça que o que está em questão é a organização patriarcal da sociedade brasileira. Através desse livro ele deixou subsídios para se estudar a sociedade brasileira. Para ele, todo um complexo de elementos sociais e econômicos compunha o mundo patriarcal. Foi nesse mundo patriarcal que começaram as transformações econômicas e sociais que direcionavam a sociedade brasileira.

Essa sociedade, inicialmente, caracteristicamente rural, começa a sofrer transformações que a levariam a uma sociedade urbana. As mudanças se deram lentamente. A sociedade patriarcal, aos poucos, foi se dissolvendo e abrindo espaço para a urbanização²⁴.

No Brasil, o patriarcado rural começa a perder poder com a chegada de Dom João VI à Colônia. Esse destaque dado à colônia brasileira ocorreu porque, através da exploração da terra centrada na atividade agrícola da monocultura de cana-de-açúcar, passou a ser o maior arrecadador de imposto para a Coroa Portuguesa. Se era a "galinha dos ovos de ouro"²⁵, não é de estranhar que, com o tempo, a Coroa Portuguesa viesse se instalar na colônia brasileira, para que assim, pudesse fiscalizar melhor o seu domínio.

A instalação da coroa monarquista aqui no Brasil, em terras que desenvolviam tendências para a autonomia regionais e até feudais, modificaram a fisionomia da sociedade colonial, alterando os seus traços mais característicos. O poder dos grandes fazendeiros, aos poucos se restringe, diminuindo assim a sua independência. Surge então uma classe burguesa, instalada nas vilas, com hábitos europeus bem distintos dos seguidos pelas pessoas das fazendas.

²⁴ Freire, Gilberto – *Sobrados e mucambos* – Editora Record. 12ª ed. Rio de Janeiro. 2000.

²⁵ idem

A urbanização da colônia brasileira traz novidades para a população, até então submetida aos hábitos da vida rural. As novidades em matéria de conhecimento, recursos e novas técnicas européias, criaram aqui uma burguesia industrial. Essa classe burguesa desenvolveu um grande prestígio junta a coroa real, recém-instalada no Brasil, e começa a pressionar para que seja diminuído o domínio do poder dos donos de terras, principalmente sobre as Câmaras e o Senado.

Os grandes responsáveis pelo desenvolvimento das cidades coloniais brasileiras será o comércio. Através dos intermediários²⁶, que montaram pontos de armazém para o comércio e embarque dos produtos da terra e, principalmente, a venda de escravos. A economia monocultora e escravagista desenvolvida nas fazendas, alimentava o comércio de escravos, que crescia cada vez mais e proporcionava o crescimento e o desenvolvimento das cidades, às custas dos senhores de terras e escravos, que necessitavam do seu objeto de trabalho – o escravo, mesmo que submetido à exploração dos intermediários²⁷. A figura do intermediário que chegou ao Brasil no século XVII, vai ganhar prestígio e vai ser enobrecida durante os séculos XVIII e XIX e cada vez mais a indústria vai se desenvolvendo e diminuindo a importância dos senhores rurais perante o rei.

A política econômica de Dom João VI, visivelmente burguesa e capitalista, deixou de lado o feudalismo rural, o que findaria liquidando o prestígio da aristocracia rural, em prol da burguesia urbana. Reiteramos: esse processo de urbanização foi lento, mas o seu maior propulsor foi a importação e instalação de tecnologias que aperfeiçoaram os serviços urbanos, dentre eles: modernização da técnica de transporte, iluminação, calçamento e saneamento.

A urbanização contribuiu para o equilíbrio entre os brancos dos sobrados e negros dos mucambos. Os sobrados urbanos conservaram o quanto puderam a função da casa-grande da fazenda, ou seja: esconder as mulheres e afirmar o poder dos chefes de famílias. Assim como nas casas-grandes das fazendas, a política econômica dos sobrados também fazia com que as famílias ricas enfrentassem problemas no abastecimento de víveres e de alimentação.

²⁶ Muitos desses intermediários eram imigrantes judeus, de origem israelita que chegaram ao Brasil com dinheiro bastante para se estabelecer como industrial ou então para emprestar dinheiro aos senhores de engenho.

²⁷ Freire, Gilberto – *Sobrados e mucambos* – Editora Record. 12ª ed. Rio de Janeiro. 2000.

Realidades muito distintas e problemas em comum eram enfrentados por todos os moradores das cidades: a dificuldade para adquirir gêneros alimentícios. Olhando por esse lado, constatamos que, de certa forma, os senhores de engenho e seus escravos tinham uma alimentação mais farta do que moradores da cidade: nas fazendas era possível a criação de algumas espécies animais e o cultivo de algumas árvores frutíferas, utilizados na alimentação. Assim, os senhores de engenho e os seus escravos tinham mesa mais farta do que alguns burgueses e muitos pobres que habitavam as cidades.

Como as fazendas mantinham-se sobre a monocultura latifundiária era preciso importar muitos gêneros alimentícios da Europa: era o caso das frutas e carnes secas. Para os burgueses dos grandes sobrados detentores de certo poder aquisitivo era comum a compra de produtos importados; já para os pobres livres, moradores de mucambos ou palhoças, as dificuldades em relação à alimentação aumentavam, porque estes eram submetidos aos interesses dos intermediadores e exploradores do comércio, principalmente do comércio de carne e farinha.

A produção das fazendas estava sempre ligada à cultura dos gêneros de exportação: açúcar e café, em detrimento do cultivo de produtos que compunham a cesta básica alimentar; quando o faziam eram em quantidades pequenas que mal dava para o consumo, na própria fazenda.

Em meados do século XIX, até as fazendas monocultoras vão sentir a dificuldade e carestia dos gêneros alimentícios. Com isso, surge a necessidade de se investir na produção de gêneros da base alimentar, principalmente carne fresca, frutas e legumes. O objetivo de regularizar a produção dos gêneros de primeira necessidade era tornar a população brasileira menos dependente do mar e mais da terra.²⁸

A necessidade de produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade e a dificuldade dos pequenos produtores para concorrer com a produção dos grandes latifúndios levaram parte da população colonial ao desbravamento dos sertões. As entradas pelos sertões foi uma das maneiras

²⁸ Idem

encontradas para se garantir o sustento das famílias de pequenos produtores que não tinham como se manter à sombra dos latifúndios; além disso, não tinha como se conciliar a criação de bovinos, em meios à plantações e produtos de exportação; assim, só restava uma alternativa: partir para os sertões e começar uma nova estrutura econômica, que mais tarde contribuiria para os moradores das cidades, através do comércio de animais, criados no interior do sertão e até mesmo de produtos utilizados na alimentação das famílias, tanto rurais como urbanas.

Para entender melhor os grupos sociais que se constituíram, desde os primeiros séculos, no campo, em torno e sob o domínio dos grandes proprietários de terras, utilizaremos os estudos realizados por Oliveira Viana²⁹, sobre as populações meridionais do Brasil. A população inferior dos campos não conseguiam unir-se aos senhores territoriais, porque necessitavam de defesa contra a *anarquia branca* que predominou, desde os primeiros séculos, em toda a sociedade rural. Essa anarquia branca vai se apresentar de vários modos na sociedade colonial; exemplo: a eleição dos juizes, feita através dos “homens bons” das cidades e vilas, que era obrigado a fazer parte da facção eleita, tornando-se assim, a magistratura colonial, marcada pela parcialidade e espírito de corrupção, um dos agentes mais poderosos na formação dos clãs rurais e um dos responsáveis pela intensificação da tendência gregária das classes inferiores; os capitães-mores, tidos como delegados de polícia das aldeias, são os ditadores das localidades: atemorizam a massa rural e vão ser os principais agentes das vinganças e represálias dos campanários, estes pertencentes aos clãs. A forma pela qual se dá a eletividade dos magistrados e dos capitães-mores é uma das maiores causas da formação do espírito gregário.

Durante o período colonial, somente os magnatas da terra podiam compor as câmaras. A outra parte da população, sem independência econômica, nem força material, nem o prestígio dos grandes fazendeiros é obrigada a procurar abrigo, sob o amparo das poderosas oligarquias do país. Uma das formas encontradas para fugir dessa dependência de proteção dos grandes fazendeiros era o alistamento militar, para onde corriam as pessoas incapazes de realizar os trabalhos do campo,

²⁹ VIANA, Oliveira – *Interpretes do Brasil – Populações meridionais do Brasil*. Volume I. Introdução Geral. Biblioteca luso-brasileira. Série Brasileira

do pastoreio, das lavouras ou das minas. Para fugir do serviço militar, outra forma era o serviço eclesiástico ou ser filho de grandes fazendeiros, porque estes gozavam de diversos privilégios que os isentava do serviço militar.

Os homens desafortunados, das classes inferiores eram desamparados pelas instituições de ordem administrativa e política, ficando assim permanentemente indefesos e desprotegidos. Para conseguir segurança, se alocam a sombra patriarcal dos senhores de engenho que, através de sua riqueza, possuía poder, prestígio e força material. Essa é uma das particularidades da nossa organização social. Todas as classes rurais subjugam-se à dependência política.

Diante de inexistência, insuficiência, ou ineficiência de instituições sociais que tutelem as nossas classes inferiores, torna-se inevitável o regime de clã como base da organização social. Essa vai ser uma das maiores características do espírito de clã das classes populares, principalmente das classes inferiores do campo. Assim, quase não existiam instituições de solidariedade nos latifúndios; isso acontece, porque não se instalou na nossa nobreza fazendeira o espírito de integração, mas o de absorção das demais classes pela aristocracia rural. A única “solidariedade” que se desenvolve nessas classes rurais vão ser advinda do medo produzido nas classes inferiores, estritamente necessária e útil ao clã rural, em torno do grande senhor de terra: nada levava os grandes chefes de clãs à prática de cooperação e de solidariedade.

Para mostrar como as populações se organizaram no Brasil, Oliveira Viana fez estudo de tipos: lugares, famílias e forma de sociedade. Seus estudos ressaltaram que no mundo rural brasileiro havia um mundo patriarcal e que no cerne disso está o “clã parental”, formado por laços étnicos de família. Presente também é o clientelismo, de efeito moral muito danoso. Apesar disso, foram desenvolvidas relações de solidariedade.

O Estado surge como interventor da vida dessas pessoas, e, ao contrário do que pensa Gilberto Freire, a intervenção do Estado desponta como alternativa para a construção de um Estado Liberal.

Através da vinculação das relações entre população e nobreza rural oliveira Viana mostra que o camponês é tutelado pelo fazendeiro local e que o clã rural constituía-se em grandes domínios econômicos e sociais, independentes do poder institucional, gerando assim a *capangagem*³⁰.

Ao Brasil na qualidade de colônia de Portugal, caberia encontrar uma forma de utilização econômica das terras. Segundo Celso Furtado³¹, na colônia brasileira vai se dar a montagem de uma verdadeira empresa agrícola: Portugal tinha avanço técnico que possibilitava a formação de empresas agrícolas no Brasil.

Para os colonos portugueses que vieram para o Brasil a mão-de-obra escrava tornou-se indispensável ao cultivo da terra, por isso, a captura de indígenas para o trabalho escravo foi uma das primeiras atividades econômica dos grupos que não estavam envolvidos com o cultivo da terra propriamente dito, a colonização brasileira surge a partir da atividade açucareira. De início utilizou-se o escravo indígena, mas após instalação das indústrias, passou-se a utilizar o escravo africano para a expansão das empresas já instaladas. O escravo africano era mais eficiente.

Os senhores de engenho concentravam em suas mãos toda a renda gerada na colônia, mas não existiam nos engenhos só trabalhadores escravos: mantinham-se homens assalariados que desenvolviam vários ofícios. Além dos gastos com a mão-de-obra, os donos de engenho desembolsavam grandes quantias para manter o trabalho dos engenhos: era o caso da compra de gado para puxar os moinhos e lenha para as fornalhas. O comércio de produtos constituía o vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamentos do país.

A economia açucareira nasceu com vocação capitalista muito rentável: isso contribuía para o aumento da produção e dos investimentos nas fazendas. A economia escravista transformou-se num dos responsáveis pelo processo de formação do capital. O escravo era tido como um bem durável de consumo: dedicava-se à produção de gêneros alimentícios para o conjunto da população da fazenda, como também se ocupava das tarefas agrícolas e industriais do engenho. A importância do escravo consistia no fato de que ele era uma forma de investimento

³⁰ Idem

³¹ FURTADO, Celso – *Formação econômica do Brasil* – 32ª ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 2003

do senhor de engenho, que geraria muitos lucros e despenderia poucas despesas: o seu trabalho pagaria as despesas que seu senhor tivera na sua aquisição.

Os lucros obtidos pelos senhores de engenho na economia açucareira dependiam da produção para exportação. Assim, se reduzisse a produção, reduziam-se os lucros e gerava um excedente de trabalho que poderia ser utilizado na expansão da capacidade produtiva. Havia uma grande dependência entre economia escravista e procura externa pela sua produção.

A economia açucareira do Nordeste brasileiro resistiu mais de três séculos, às mais prolongadas depressões e recuperava-se sempre que as condições de mercado externo permitiam, mas sem promover nenhuma mudança significativa na sua estrutura.

A economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes, atuando com fator altamente dinâmico no desenvolvimento de outras regiões do país³². A abundância de terras no Nordeste brasileiro levou à criação de um segundo sistema econômico, dependente da economia açucareira: a economia criatória. Logo se percebeu que era impraticável a criação de animais na faixa litorânea: os animais penetravam nas plantações e as destruíam, tornando-se necessária a separação das duas atividades econômicas: a açucareira e a criatória.

A economia criatória, na forma como se desenvolveu na região nordestina, era uma atividade econômica com características distintas da economia açucareira. Foi o fator fundamental para a penetração e ocupação do interior brasileiro. Apesar de ter sido induzido pelo sistema açucareiro, a atividade criatória era bem menos rentável: envolvia menos gente, não dependia de gastos monetários para a reposição do rebanho, nem para a expansão da capacidade produtiva.

À medida que as fazendas adentravam o sertão, aumentava a distância entre interior e litoral, levando a um atrofiamiento da economia monetária, dado os custos do transporte de gado a distâncias tão grandes. Isso fez com que muitos produtos, antes comprados nos mercados do litoral passassem a ser produzidos no interior. O atrofiamiento monetário será responsável pelo processo de formação do

³² Idem

sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características se conservam até hoje. Com a decadência do sistema açucareiro, ocorre a migração da população do litoral para o interior, causando um crescimento demográfico e intensificando a economia de subsistência.

Como mostra Caio Prado Júnior³³, o cultivo da cana-de-açúcar e sua comercialização, de grande valor comercial na Europa, vai ser a base pela qual se iniciaria a ocupação efetiva e a colonização do Brasil. Um detalhe: a cultura da cana só seria interessante economicamente, se fosse feita em grandes plantações, o que impossibilitava a cultura de subsistência do pequeno produtor. Essas circunstâncias determinaram o tipo de exploração agrária adotada no Brasil: a grande propriedade. Os tipos de cultura desenvolvidos no Brasil, foram determinados pela influência de fatores naturais, dentre eles o clima.

A grande propriedade no Brasil está associada à monocultura, o que levará a instalação do trabalho escravo no Brasil. A implantação da escravidão se tornou indispensável, pois, como já dissemos eram preciso grandes plantações para poder produzir açúcar suficiente, destinado à comercialização no mercado externo. O índio não oferecia resistência ao trabalho e era pouco eficiente. A saída encontrada pelos grandes proprietários foi a substituição do indígena pelo escravo africano: esse processo prolongou-se até o fim da era colonial.

A mão-de-obra escrava era muito cara, o valor do escravo sempre foi muito elevado, por isso, só regiões mais ricas e florescentes na produção conseguiriam suportá-lo. A maior presença dos escravos é nos engenhos, onde atuaram, nas plantações, na manipulação da cana e no preparo do açúcar. Mas nem toda fazenda possuía engenho próprio, devido ao elevado custo.

Para Caio Prado Júnior ***a grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade***³⁴. Além da produção em grande escala de produtos para exportação, também encontramos nas propriedades a produção de gêneros de consumo, denominada de economia de subsistência, insuficiente para

³³ PRADO JÚNIOR, Caio – História Econômica do Brasil – 45ª edição. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1998.

³⁴ Idem

manter a população colonial, adequadamente bem nutrida: as melhores terras eram reservadas para a monocultura exportadora.

Além da monocultura da cana, o Brasil se prestou à monocultura do tabaco, do café e do algodão. O cultivo do algodão esteve presente no Nordeste brasileiro, não só nas regiões litorâneas, mas também no interior. No caso do Estado da Paraíba, o algodão foi um dos produtos que mais movimentou o comércio do estado. Temos registros³⁵, na cidade de Cajazeiras, de plantações de algodão, de máquinas de beneficiamento³⁶ desse produto e também do deslocamento da produção para os portos do litoral³⁷.

A vila de Cajazeiras também conheceu a mão-de-obra escrava. O Cartório de Registro Antonio Holanda, guarda muitos registros de compra e venda de escravos por moradores dessa vila e de freguesias vizinhas. Os escravos eram adquiridos a preços elevados, principalmente os do sexo masculino com idade de dez a vinte anos; comprava-se e vendia-se escravos de todas as idades, tanto do sexo masculino como do sexo feminino. Para se ter idéia de quão valorizado era um escravo, há registro de compra e venda de um escravo, de nome Fortuoso, de dezessete anos de idade, crioulo, brasileiro, vendido por Thomé da Guerra Passos, da freguesia de São João do Rio do peixe: foi comprado por Vital de Souza Rolim, por um conto e duzentos mil réis, em moeda corrente do Império.

Esses elementos colocados pelos clássicos são referenciados nesse estudo, porque são importantes. A partir de agora abrirei outras janelas que nos permitem pensar mais especificamente o tema desta pesquisa monográfica.

³⁵ Inventários encontrados no Fórum Ferreira Júnior da cidade de Cajazeiras foi citado no Inventário de Bonifácia Maria da Conceição e seu marido Manoel José Pereira foi deixado aos seus herdeiros algumas arrobas de algodão em caroço.

³⁶ Ainda no mesmo cartório no Inventário de Lionarda Barbosa de Menezes e seu marido Lianso Varella de Lira foi deixado aos seus herdeiros uma bolandeiras e seus pertences, utilizada no descaroçamento do algodão e uma "emprensa de emprensar algodão".

³⁷ O jumento era um animal sempre presentes nos inventário, eram muito valorizados. Alguns inventários também citavam cangalhas para cargas dos jumentos.

III

REALIDADE COTIDIANA

O período que delimitamos para a nossa pesquisa, se concentra na atual cidade de Cajazeiras, então comarca de Sousa, da Província da Paraíba do Norte. As informações aqui presentes foram colhidas através dos livros de registros do Cartório Antonio Holanda. Os livros examinados mostram a realidade da partilha: via compra e venda de terras, compra e venda de escravos, doações de terras de mãe para filho, doações e cartas de alforrias de escravos. Nas cartas de alforria examinadas, encontramos, em sua maioria, uma negociação em troca da alforria. Alguns escravos conseguiam juntar o valor correspondente ao seu preço e negociavam, com seu senhor, a compra da sua liberdade. Ocorria que, mesmo o escravo comprando sua liberdade, ficava registrado que o seu dono permanecia seu senhor que por livre e espontânea vontade e sem nenhum constrangimento lhe concedia a alforria. Há casos em que os proprietários alforriavam seus escravos, mas estes só poderiam gozar da liberdade após a morte de seu dono.

Nos registros de compra e venda de terras, nem sempre se descrevia o tamanho do lote de terra que estava sendo negociado; em alguns registros constavam apenas que estava sendo vendida uma porção de terra: determinava o local, o comprador, o vendedor e o valor. Boa parte dos registros determinam o tamanho dos lotes vendidos. A medida utilizada era a braça de terra. Os lotes variavam de vinte e duas a quatrocentas braças e seu valor era, em média, entre dois a três mil réis a braça. Encontramos negociações que variavam de cinquenta mil e um conto e duzentos mil réis. O preço variava de acordo com as benfeitorias que os lotes de terra apresentassem.

Essas terras sediavam fazendas que precisavam do braço escravo, da monocultura algodoeira, do criatório de gado bovino, caprino e incluíam o gado eqüino. Por sua vez, essas terras se submetiam aos mecanismos de hipoteca, de arrendamento e de partilhas. As porções de terra variavam, assim como também as

benfeitorias, de forma que as fazendas abrigavam cercados, açudes, casas de taipa, casas de engenho e de morada, elementos que compunham o patrimônio do senhor rural.

Estabelecendo um paralelo com fazendas sediadas em outras espacialidades, percebemos muitos traços em comum. Utilizarei como exemplo a fazenda Resgate, localizada no Bananal³⁸. Em ambas as fazendas era utilizada a mão-de-obra escrava; possuíam casa de moradas rústicas. As formas de enriquecimento se davam através da usura, do tráfico de escravo e do comércio. As famílias utilizam os casamentos como estratégia para a estabilização da família, tinham como base econômica: agricultura e comércio. Aqui, na Paraíba, produzíamos o algodão e na fazenda Resgate investia-se no café.

A partir do paralelo entre fazendas, é possível comparar o tipo de produção dos produtos e explorados em cada região e o tipo de mão-de-obra utilizada. A investigação sobre a importância da escravidão, revela que ela foi indispensável à economia brasileira e esteve presente até o final do século XIX. Mas, nem sempre, o trabalho escravo gerava lucro aos pequenos senhores, pois estes enfrentavam altos riscos, quando decidiam levar sua produção a outros centros comerciais.³⁹

A mobilidade social desse período era muito distinta, poucos negros e mulatos conseguiram tornar-se senhores e entrar no rol dos pequenos donos de escravos. Não só os negros, mas qualquer pessoa livre que possuísse poucos recursos, dificilmente conseguiam vencer os riscos da pequena propriedade e formar um grande patrimônio, principalmente depois que os escravos foram libertos e os imigrantes substituíram o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Os fazendeiros tiveram que se submeter a muitas mudanças e adaptarem as fazendas para acomodar os colonos.

Podemos observar a mobilidade social na perspectiva da história econômica desenvolvida atualmente por pesquisadores como Manolo Florentino⁴⁰ que, através de pesquisas em fontes primárias, fez um cruzamento de fontes e conseguiu

³⁸ Hebe Maria Mattos de CASTRO e Eduardo SCHNOOR, *Resgate: uma janela para o oitocentos*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

³⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *A História da Vida Privada no Brasil 2 – Império: a corte e a modernidade nacional*. Companhia das Letras. São Paulo. 1997

⁴⁰ Manolo FLORENTINO. *Resgate: uma janela para o oitocentos*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

mapear famílias e uniões entre famílias de escravos, da segunda metade do século XIX, nas fazendas do Bananal (Sudeste do País). Mostra como se constituíam as redes familiares de uma sociedade que chegava ao final do período da escravidão e os interesses econômicos que os fazendeiros tinham nas uniões entre os cativos. Esse trabalho, realizado a partir de fontes primárias, é riquíssimo para historiadores que buscam respostas para questões que não foram narradas na história por não fazerem parte da história dos grandes heróis. Utilizaremos também a história econômica trabalhada por João Fragoso⁴¹. Ele também utilizou o trabalho por fontes primárias, em seu ensaio, no livro *Resgate: uma janela para o oitocentos*. O autor mostra, em seu estudo, que alguns proprietários do Oitocentos não viviam exclusivamente de suas atividades agrícolas, que a economia estava em movimento, passando por muitas transformações. Mostra ainda que capitais financeiros eram utilizados nos financiamentos, nas lavouras e que alguns fazendeiros não investiam mais em escravos porque tinham consciência de que a escravidão estava prestes a ser abolida, por isso, preferiam aguardar a solução da questão servil, para não fazer investimentos que acarretassem prejuízos.

Inegavelmente, os inventários são fontes ricas de informações. Através deles é possível reconstruir toda uma história, seja ela cultural, social ou até mesmo econômica. Eles desvendam partes da história que estavam esquecidas, mostram uma realidade cotidiana que poucas pessoas conhecem.

Neste trabalho, que ora apresentamos, utilizamos fontes primárias que foram buscadas através de um trabalho de pesquisa no Cartório de 2º Ofício de Cajazeiras Antonio Holanda e Fórum Municipal Ferreira Júnior. Estudando um período de mais ou menos vinte anos: mais precisamente, de 1865 a 1885. A documentação compulsada é relativa à negociação de fazendas, de escravos e inventários de partilhas de bens. A partir da documentação pesquisada, foi possível fazer um mapeamento das riquezas existentes na região do Alto Sertão Paraibano, mais precisamente, na Vila de Cajazeiras, onde encontramos famílias estabelecidas na terra e o seu conseqüente nível de riqueza.

⁴¹ João FRAGOSO. *Resgate: uma janela para o oitocentos*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

As famílias, em sua maioria, eram numerosas. Muitas se tornavam herdeiras, quando falecia um “*cabeça do casa*”(sic)⁴². Algumas famílias possuíam muitos bens para serem partilhados; outras, o que possuíam, mal dava para sobreviverem após a morte do chefe da família. Quando uma das partes do casal enviuvava, poderia arriscar a sorte num outro matrimônio, porem sabendo que os bens existentes até a morte do primeiro cônjuge, só pertenceriam de direito aos herdeiros primeiro matrimônio.

Para ser feita a partilha dos bens deixado por alguém, era preciso que uma pessoa procurasse o Juiz Municipal de Órfãos e requeresse o inventário e a partilha dos “*bens, ações e direitos*”(sic) deixados. No caso de existirem herdeiros menores de vinte e um anos de idade, o próprio juiz convocaria um curador, para administrar os bens dos menores, até que estes completassem a maioridade. Antes de acontecer a partilha dos bens, o inventariante, sob juramento em nome dos Santos Evangelhos, fazia a declaração da data do falecimento do inventariado, o nome e a idade de todos os herdeiros e todos os bens existentes. O inventariante não poderia ocultar nada, sob pena de ser acusado de crime de perjúrio.

Depois do juramento, era feito o título de herdeiros. Este trazia o nome do herdeiro, a idade, o estado civil. No caso de o herdeiro ser mulher, se esta fosse casada, constava o nome do marido, não acontecendo o mesmo, no caso de ser homem. Constava nesse título o nome dos herdeiros já falecidos. Se este tivesse sido casado, seu cônjuge ou seus filhos seriam seus representantes.

Na “*carregação*”(sic)⁴³ dos bens, o inventariante declarava a quantidade e as características dos bens existentes e um avaliador procedia a avaliação. Tanto as características, como o valor avaliado era anotado no inventário. Primeiramente, era feita a declaração dos bens em ouro, prata, cobre ou ferro; em seguida vinham os outros bens móveis, que variavam de utensílios de cozinha até chocalhos usados nos animais; depois, os bens “*semoventes*”(sic): animais e escravos; por fim, os bens de raiz: terras, casas, açudes e plantações.

⁴² Denominação dada aos chefes de famílias: marido ou esposa

⁴³ título dado ao termo de declaração dos bens

Agora, abriremos as janelas para os inventários que irão nos mostrar os bens e riquezas existentes, em Cajazeiras, nos anos Oitocentos. Partiremos dos bens deixados nos inventários e aos poucos juntaremos as peças dessa história até então esquecida.

Dentre os inventários pesquisados, somente o inventário de Josepha Lima do Couto Cartaxo apresentou bens em ouro e prata; mais uns dois citavam uma ou duas peças em prata e uns poucos tachos de cobre. Não compunham as riquezas das famílias de Cajazeiras peças em ouro, prata e cobre. A maioria das famílias não dispunha de bens em metais preciosos, exceto o inventário de Josepha Lima do Couto Cartaxo. Esta senhora fora casada com Luiz França Beserra e na carregação dos bens do seu inventário foi declarado que ela possuía vários objetos de uso pessoal em ouro: crucifixo, anéis, botões de punho, botões de abertura, pares de brincos, cordão, pulseira, trancelim, rosário, braceletes e alfinetes de peito. Os valores dos objetos variavam de acordo com o peso. Uma oitava de ouro valia, em média, dois mil réis; no caso desse inventário, os bens foram avaliados de mil a trinta mil réis. Também foi declarado existir bens em prata, no caso, objetos de uso doméstico, como: copos grandes e pequenos, com alça e sem alça, colheres de sopa e colheres de chá. Estes também eram avaliados pelo peso. Uma oitava era avaliada a cento e sessenta e seis réis. Apesar de a oitava ser mais barata, os bens em prata se tornavam mais caros, pois pesavam mais. No caso do inventário que estamos analisando, os bens declarados foram avaliados entre 17:920 (dezessete mil novecentos e vinte réis) a 30:720⁴⁴ (trinta mil setecentos e vinte réis)

Este inventário citado foi uma exceção entre os demais. Os demais inventários, em se tratando de bens em metais preciosos, só citavam tachos em cobre, utilizados na cozinha. Variavam em tamanho e estado de conservação, o que conseqüentemente influiria em valor. A avaliação, dos bens em ouro e prata, era feita pelo peso da libra: um taxo em bom estado de conservação seria avaliado em duzentos réis⁴⁵ cada libra, podendo então, valer até vinte mil réis. Se apresentasse mau estado de conservação, o preço da libra cairia para cento e vinte réis, a libra, de

⁴⁴ Forma como se escrevia valores monetários nessa época. A moeda corrente era o conto de réis

⁴⁵ Inventário de Mariano Gomes de Albuquerque em 1880. Pai do saudoso Padre Manoel Mariano

modo que um tacho pequeno, em mau estado de conservação, chegava a ser avaliado a oitocentos réis⁴⁶.

Quanto a outros bens móveis, deixados pelos inventariados, temos uma diversidade de objetos de uso doméstico, pessoal ou para o trabalho. Alguns, muito valiosos, outros de valor quase insignificante. Dentre os bens de uso doméstico, os mais comuns a serem deixados para os herdeiros eram: mesas em cedro, que se fosse grande e com gaveta, valiam entre seis mil e dez mil réis; se fosse pequena e sem gaveta, era avaliada entre trezentos e três mil réis: o valor de ambas dependeria do estado de conservação; cadeiras, avaliadas entre trezentos e mil e quinhentos réis cada; tachos e colheres, como já fora citado; casais de pratos, avaliados em duzentos e quarenta réis cada casal; casais de pires, avaliados a cento e sessenta réis cada casal; garrafas em vidro e barro avaliadas a quarenta réis cada, garrafa branca avaliada em dois mil e cento e vinte réis, garrafa em pigma, avaliada a trezentos e vinte réis; potes velhos, pela quantia de trezentos e vinte réis cada; faca nova valendo mil réis e velha a quinhentos réis; gamelas⁴⁷, que dependendo do tamanho valeria até dois mil réis; até um candeeiro de flande, “idoso” (sic), foi avaliado a duzentos réis⁴⁸.

Os bens de uso pessoal incluíam uma grande variedade de objetos e valores. Os mais citados foram os jogos de caixas. Quando coberto por sola eram avaliados entre dois mil e três mil réis, dependendo do estado de conservação. Encontramos no inventário de D. Josepha Lima do Couto Cartaxo, três jogos de caixas de “*pregaria*” (sic) avaliados a cinco mil réis, cada jogo. Também foram declarados: santuários com todas as imagens pertencentes, avaliados entre cinqüenta mil e sessenta mil réis; um oratório a sete mil réis; baús de madeira para guardar roupas, avaliados entre quatro mil e cinco mil réis. Um objeto que quase não apareceu nos inventários foi a cama e a rede de dormida; só no inventário de Bonifácia Martins Pereira apareceu uma “*cama de dormida*” (sic) avaliada a dois mil réis e uma rede de varanda, velha, a quatro mil réis.

⁴⁶ Inventário de Lionarda Barbosa de Menezes e Lianso Varella de Lira em 1865

⁴⁷ vasilhas de barro

⁴⁸ Inventário de Bonifácia Martins Pereira e Manoel José Pereira em 1865

A atividade desenvolvida por essas famílias não se restringia somente ao uso da terra. Utilizavam animais para o transporte de homens, mulheres e crianças. Em alguns inventários estão registrados: selas para montaria de homens, senhoras e meninos, avaliadas entre cinco mil e trinta mil réis. Alguns instrumentos eram utilizados para o cultivo da terra: enxadas e machados. Pouco valiosos, custavam em média, entre trezentos e mil réis. Outros instrumentos mostram a importância dos animais, como exemplo disso, temos os bens utilizados nos animais: chocalhos, cangalhas⁴⁹ e selas de montaria. Utilizava-se, ainda, o couro de animais, para a fabricação de moveis ou para utilização doméstica: tamboretos cobertos de couro de animal; ou para comercialização, um couro de gado valia em média mil e quinhentos réis.

Não só do cultivo da terra e do trabalho com animais se ocupavam as famílias. No inventário de Bonifácia Martins Pereira e seu marido Manoel José Pereira e no inventário de Lionarda Barbosa de Menezes e seu marido Lianso Varella de Lira, ambos datados de 1865, vários instrumentos, são utilizados para o trabalho em madeira. Exemplos: uma lima de osso, a duzentos réis; um serrotinho, a cento e sessenta e dois réis; duas "*planas*" (sic), a dois mil réis cada; um escopo grande, a mil e seiscentos réis. Esses instrumentos eram repassados a gerações. No inventário de Victorio Gomes Leitão, datado de 1883, encontramos instrumentos para essa finalidade, como: um serrote, a mil réis; um escopo grande, a dois mil réis; um compasso, a mil réis.

Além do trabalho com madeira, havia famílias que desenvolviam trabalho com a máquina de tecer algodão, mais conhecida como "*Tiá*⁵⁰" (sic). Através do tear, como é escrito atualmente, as famílias poderiam tecer o algodão, plantado em suas roças, preparando assim, fios de algodão para serem utilizados na confecção de tecidos e roupas. Não só a máquina de tecer era utilizada para trabalhar com o algodão. Havia famílias que possuíam "*boladeiras*" (sic) e as utilizavam para descaroçar o algodão colhido. A "*emprensas de algodão*" (sic), dava continuidade ao trabalho da boladeira. Depois de descaroçado, o algodão era prensado para

⁴⁹ Armação de madeira ou de ferro em que se sustenta e equilibra as cargas das bestas, metade para cada lado.

⁵⁰ ⁵⁰ Inventário de Lionarda Barbosa de Menezes e Lianso Varella de Lira em 1865

diminuir o volume e facilitar o armazenamento e transporte. Um tear era avaliado a quatro mil réis, a bolandeira a vinte mil réis e a empresa de algodão a dez mil réis.

Analisaremos, em seguida aos bens móveis, os bens “*Semoventes*” (sic), ou seja, bens que se movem. Dentre eles estão os escravos e animais. Tratando-se de escravos, nem toda família tinha condições de possuí-los: era um dos bens mais caros. Nos inventários analisados, observamos que a presença do escravo foi maior até a proibição do tráfico negreiro. À medida que nos aproximamos da década em que aconteceu a abolição, a presença do servil diminui. Na década de 1860 encontramos famílias que possuíam, em média, quatro escravos de idade de quatro a trinta e nove anos, avaliados entre trezentos mil e oitocentos mil réis: é o caso do Inventário de Lionarda Barbosa de Menezes, cuja família possuía quatro escravos, com idade de quatro a trinta e nove anos, avaliados entre trezentos mil e oitocentos mil réis. O inventário de Bonifácia Martins Pereira informa que a família possuía três escravos com idade de quatorze a quarenta anos, avaliados entre quatrocentos mil e novecentos mil réis.

Embora se haja constatado a existência de famílias que possuíam três ou quatro escravos, muitas outras não tinham nenhum escravo: fica claro, que somente as famílias detentoras de um determinado poder econômico poderiam possuir um escravo. A dificuldade de adquirir escravos explica-se pelo alto preço. Um escravo de até dezesseis anos de idade poderia valer de trezentos mil réis a um conto e quatrocentos mil réis; uma escrava nessa mesma idade valeria de quatrocentos mil a novecentos mil réis. Um escravo em idade adulta era vendido em média de quatrocentos mil a um conto de réis; se fosse escrava valeria de trezentos mil a oitocentos mil réis⁵¹. A partir dessa mostra de valores, chegamos à conclusão que nem todas as famílias desse período tinham condições econômicas de possuir um escravo, levando-se em consideração que, com o valor de um único escravo, era possível fazer um grande investimento em animais e em terras. Veremos a seguir.

Dissemos anteriormente, que a proibição do tráfico negreiro e a aproximação da abolição da escravatura, diminuíram a quantidade de servis nas famílias, assim como o seu valor. Nos inventários pesquisados, após a década de 1880, poucos

⁵¹ Livros de registros de cartório de compra e venda de terras e escravos de 1864 a 1871

escravos são citados. Como exemplo, temos o inventário de D. Josepha Lima do Couto Cartaxo, uma senhora muito rica, porém o seu inventário só registra uma escrava de quatorze anos, avaliada em trezentos mil réis. Mesmo com a queda do valor de compra de um escravo, algumas famílias continuavam sem condições de adquirir um “bem” tão valioso: as posses eram mínimas; se vendesse todos os seus bens, não conseguiriam arrecadar o valor necessário⁵² a compra de um.

Assim como os escravos, os animais estavam classificados como “*bens semoventes*”(sic). Os animais eram de grande utilidade para as famílias: deles se retirava alimento, couro utilizável na fabricação de utensílios, no transporte de pessoas e produtos e, até, para o trabalho nas fazendas. Todos os inventários pesquisados apresentavam algum tipo de animal: bovinos, eqüinos ou caprinos. As famílias menos abastadas apresentavam poucos animais, em uma diversidade bem reduzida; as que possuíam mais condições dispunham de quantidades maiores de animais e bem diversos.

Abaixo dos escravos, os animais e as terras eram os bens mais valorizados, principalmente os animais, uns utilizados na alimentação, como vacas, outros utilizados para o transporte de cargas, como o burro. O inventário de Victorino Gomes Leitão, 1883, apresentou: uma vaca a cinqüenta mil réis, uma novilhota a trinta mil réis, um garrote a vinte e cinco mil réis, um bezerro a quinze mil réis, uma ovelha a quatro mil réis e uma borrega a mil e quinhentos réis. No inventário de Francisco Ferreira de Melo, 1867, encontrou-se mais ou menos a mesma quantidade de animais a preços equivalentes. Neste, uma vaca solteira valia trinta e cinco mil réis, dois bois de ano a vinte e cinco mil réis cada, uma poltra de muda a quarenta mil réis, uma égua parida a sessenta mil réis, uma égua solteira a cinqüenta mil réis e duas poltras da peça passada, a quarenta mil réis e a outra a trinta mil réis. No inventário de Lionarda Barbosa de Menezes e seu marido Lianso Varella de Lira, encontramos menos bens: aquele casal deixou apenas duas égua, no valor de vinte e cinco mil réis cada.

No geral, os inventários nos deram noção das condições de poder aquisitivo das famílias menos favorecidas. Se fizermos uma comparação entre as famílias

⁵² Inventário de Victorino Gomes Leitão de 1883

veremos que a diferença, em alguns casos, era muito grande. Comparamos os três inventários citados acima com os inventários de Maria do Rosário Leite, 1882, e Josepha Lima do Couto Cartaxo, 1883. No primeiro caso, encontramos: doze vacas paridas a cinqüenta e cinco mil réis cada, quatro novilhotas a vinte e cinco mil réis cada, dois novilhotes pelo mesmo preço, três garrotes e quatro garrotas por dezoito mil réis cada, dois bois de ano a quarenta e cinco mil réis cada, uma mula de sair a cinqüenta mil réis, uma égua parida a sessenta mil réis, uma "*dita velha*" (sic) a quarenta mil réis, uma "*dita solteira*" (sic) a trinta e cinco mil réis, um cavalo novo, andador, de sela por cento e quarenta mil, um cavalo de segunda muda a sessenta mil réis, quatro cabras paridas a três mil réis cada, duas "*dita solteira*" (sic) a dois mil réis cada, oito ovelhas paridas a quatro mil réis cada, quatro *ditas solteiras* a três mil réis cada. No segundo inventário, o patrimônio é maior: trinta e cinco "*burros de lotes*" (sic), com um e dois anos, a quarenta mil réis cada, trinta e um novilhotes a trinta mil réis cada, um "*dito*" (sic) a quarenta mil réis, treze vacas paridas a cinqüenta mil réis cada, nove "*ditas*" (sic) solteiras a quarenta mil réis cada, cinco garrotes e seis garrotas a dezesseis mil cada, duas bestas paridas a sessenta mil réis cada, uma égua velha a quarenta mil réis, uma poltra de muda a quarenta mil réis, uma poltra de ano e meio a trinta mil réis, três cavalos novos a setenta mil réis, três "*ditos*" (sic) idosos a cinqüenta mil réis, um poltro a sessenta mil réis, outro a trinta cinco mil, três burras e quatro burros novos a cento e vinte mil réis cada, doze ovelhas a dois mil réis cada e onze cabras pelo mesmo valor.

Esse confronto entre os contratos sociais aqui, na cidade de Cajazeiras, nos anos Oitocentos, mostra um quadro de desigualdade social que permanece até hoje: uns poucos, com muito poder e muitos sem poder nenhum. Não podemos deixar de assinalar o destaque dado aos animais de raça eqüina. Em alguns casos, o valor de um burro era equivalente ao valor de duas vacas paridas. Os burros eram os animais mais caros, porque eram responsáveis pelo transporte de produtos cultivados nas fazendas, bem como, dos produtos a serem comercializados. Assim, as famílias que possuíam mais burros eram as dos fazendeiros e comerciantes mais bem sucedidos da região. A falta de outro meio de transporte foi o principal fator que levou os

animais eqüinos a ocupar um "status" tão importante: eram indispensáveis aos produtores e comerciantes.

Um fato é interessante no inventário de Bonifácia Martins Pereira e seu marido Manoel José Pereira, 1865: alguns bens de consumo deixados por eles. Identificados como bens móveis. Receberam os herdeiros 9/4 de farinha boa, avaliada a quinhentos réis a quarta; um alqueire de arroz, avaliada a três mil réis cada quarta; quatro arrobas de algodão em caroço, a mil réis, cada arroba; oito libras de fio, a seiscentos réis cada libra; um cercado de cem braças de comprimento e cinco de largura, com um açude quebrado, capim verde, uns pés de milho e uns pés de arroz. Essa declaração de bens dá noção do que era cultivado aqui em Cajazeiras: algodão, arroz, milho e mandioca para fazer farinha. Estes mesmos produtos, de modo geral, fizeram parte do comércio da região.

O destaque maior dos inventários pesquisados incide sobre os bens de raiz, deles faziam parte: terras e casas. Tanto nos inventários como nas escrituras de compra e venda de terras, encontramos uma diversidade de localidade, onde eram citadas as partes de terras. Ao analisar as avaliações feitas nos inventários das partes de terras inventariadas, percebemos que uma braça de terra valia em média mil réis, no entanto, se esta fosse demarcada judicialmente, seu valor dobrava, e passando a ser avaliada a dois mil réis cada braça⁵³. Diferentemente das escrituras de compra e venda, os inventários não traziam grandes partes de terras numa mesma localidade. Geralmente eram citadas pequenas partes de terras, em localidades diferentes, como é o caso do inventário de Josepha Lima do Couto Cartaxo, que deixou para os seus herdeiros: parte de terras com casa de taipa no lugar Serrote Branco, data de Timbaúba dos Carnaúba, avaliada a vinte mil réis; trezentas e quatro braças de terras, demarcada judicialmente, no Sítio Angelim, data de Santo Antonio do Bé, desta freguesia, avaliada a seiscentos e oito mil réis; duzentas e quarenta braças de terras, demarcadas judicialmente, no Sítio Santo Antonio, data de Santo Antonio do Bé, desta freguesia, avaliada quatrocentos e oitenta mil réis; cem braças de terras na data de Alagoão do São Francisco, desta freguesia, avaliada a cem mil réis; uma parte de terras na Pedra Lavrada, da

⁵³ Inventário de Josepha Lima do Couto Cartaxo em 1883

Comarca de Ingá, desta província, avaliada a quatro mil quinhentos e quarenta e cinco réis; uma parte de terras na propriedade Varje de São Pedro da Comarca de Campina Grande, desta província, a nove mil e noventa réis; uma parte de terras na data de Bom Sucesso, da comarca de São João, na Fazenda da Malhada da Areia, desta província, a nove mil oitocentos e dezoito réis e por fim, uma parte de terras na Propriedade Guarita, ao Norte do Rio *Parahyba*⁵⁴(sic), da comarca de Itabaiana, desta província, a trinta e um mil novecentos e noventa e oito réis.

O inventário supra citado foi o que apresentou maior diversidade de localidades, onde a proprietária possuía terras. Os demais inventários apresentaram partes de terras maiores e em menos localidades, como foi o caso de D. Lionarda Barbosa de Menezes, 1865. Ela deixou uma parte de terras no Sítio Catolé de Baixo, data de São Francisco, a duzentos e cinqüenta mil réis, outra parte de terras no mesmo sítio, só que na data de Riacho das Moças, a cento e noventa e oito mil réis e uma terceira, na data do Amaro, a trezentos mil réis. Como o valor médio de uma braça de terra era de mil réis, podemos dizer que as terras deixadas nesse inventário media entre 198 a 300 braças de terras, num total geral de 738 braças de terras.

Um outro inventário, que cita várias partes de terras, é o de Mariano Gomes de Albuquerque, 1880, onde este, deixa para seus herdeiros: uma parte de terras na data da Serra Vermelha, por vinte mil réis; outra parte de terras na Serra Vermelha, na data de Alagoão do São Francisco, no valor de vinte e cinco mil réis; uma parte de terras no Serrote, também na data do Alagoão do São Francisco, a cento e trinta e nove mil réis; mais duas partes de terras no mesmo lugar, uma a quarenta e quatro mil réis e outra a setenta mil réis; duas partes de terras na data do Catolé, uma a dezenove mil quatrocentos e vinte e seis réis e outra a cinqüenta mil réis.

Se traçarmos um comparativo entre os tamanhos e os valores das partes de terras deixadas em inventários, com as partes de terras registradas nos cartórios por compra e venda, veremos que as terras, quando utilizadas para fins comerciais eram mais valorizadas. Ora, as terras deixadas como herança eram avaliadas a mil réis a braça, com exceção das que fossem demarcadas judicialmente: dobravam de preço

⁵⁴ Forma como era escrita a palavra Paraíba na época

a passavam a valer dois mil réis. Entretanto, nos registros de compra e venda de terras existentes no Cartório de 2º ofício de Cajazeiras, observamos que a braça de terra, quando comercializada, era mais valorizada. Exemplo disso é um registro de compra e venda de trinta braças de terras, com casa de taipa e mais algumas benfeitorias, na localidade de Riacho da Alagoa, na data de Alagoão do Riacho de São Francisco. Vendedor: Justino Vieira do Nascimento; comprador: Duarte Antonio Cardoso. O valor da negociação dessas terras foi duzentos mil réis em moeda corrente. Outro exemplo é a compra e venda de uma parte de terras com cento e noventa e oito braças de comprimento e uma légua de fundo, no Sítio Capueiras, vendida por José Vicente de Albuquerque e sua mulher, pelo valor de duzentos e cinqüenta mil réis, em moeda corrente, a Manoel Rodrigues de Mello.

Há também registros de negociação de partes de terras, onde cada braça era vendida a mil réis, como mostra um registro de compra e venda de duzentas braças de terras com mil quinhentas e trinta e cinco braças de fundos, no Sítio Cachoeirinha, vendida por João dos Santos Rabello e sua mulher, pelo valor de duzentos mil réis em moeda legal, a Antonio Lins de Albuquerque.

Infelizmente, nos anos Oitocentos, período base desta pesquisa, muitas informações não eram deixadas nem nos inventário, nem nos registro de compra e venda de terras. A maioria dos registros de compra e venda de terras não trás o tamanho exato da parte de terras que está sendo negociada. Através da análise dos poucos dados fornecidos podemos ver que a terra, em si, não foi motivo de grandes negociações; no entanto, as parte de terra que possuíam casas de moradas, cercados, açudes e qualquer outra benfeitoria eram mais valorizadas. Observamos isso no registro de compra e venda de uma parte de terras no Sítio *Santa Anna*, na data da *Matta Fresca*, quando Simão de Sousa Nogueira e sua mulher venderam a Agostinho de Souza Oliveira uma parte de terras com benfeitorias, uma casa e um açude pelo valor de quatrocentos mil réis em moeda legal.

O mesmo foi observado no registro de compra e venda de terras, feita por Manoel das Artes Sousa e sua mulher e Manoel Francisco Dantas a Manoel Joaquim da Anunciação; os primeiros eram moradores do Sítio Serra Vermelha e o segundo morador do Sítio Guaribas. Na negociação, estava sendo vendido uma

parte de terras, com sítio, açude, casa de engenho e de morada, com todas as suas benfeitorias e pertences, num local denominado de Cova do Tapuia, na data da Timbaúba, freguesia de São José de Piranhas, pelo valor de um conto de réis (1:000:000⁵⁵).

Os bens de raiz registrados nos inventários, não se restringiam a terras: incluíam as casas de moradas e benfeitorias. No inventário de Mariano Gomes de Albuquerque, 1880, ele deixa aos seus herdeiros duas casas de moradas edificadas em tijolo: uma delas incluía um açude; ambas, localizadas nas terras que ele deixara como herança, uma avaliada a cinqüenta mil réis e outra a sessenta mil réis. No caso do inventário de Josepha Lima do Couto Cartaxo, 1883, está registrado: uma casa de tijolo, na rua da Aurora, desta cidade, avaliada a oitocentos mil réis; outra casa de tijolo, na mesma rua, avaliada a um conto de réis; uma casa, na rua Boa Vista, desta mesma cidade, avaliada a trezentos mil réis; uma casa com a frente de tijolo e o corpo em taipa, na rua da Matris, nesta cidade, avaliada a duzentos mil réis; três quartos, no comércio desta cidade, com armação e calçadas de pedras, avaliados a trezentos e cinqüenta mil réis, cada quarto: tudo a um conto e cinqüenta mil réis. Lionarda Barbosa de Menezes, 1865, deixou aos seus herdeiros uma casa grande de tijolo e taipa, coberta com telhas, com vinte e uma portas, com sótão, avaliada a duzentos mil réis, deixou também três currais de pau-a-pique, em mau estado, avaliados a dezesseis mil réis.

⁵⁵ Escrita de um conto de réis

III

UM MUNDO RURAL

O presente capítulo investiga, mais especificamente, o seguinte problema: ***“Até que ponto as fazendas existentes no entorno da Vila de Cajazeiras, afirmaram-se como “persistência” num momento em que as áreas urbanas começavam a passar por modificações históricas e melhoramentos materiais?”***

No estudo realizado entre algumas fazendas, no entorno da vila de Cajazeiras, observamos que, durante o período em que Cajazeiras foi considerada vila, sua economia estava toda voltada para o meio rural. As fazendas sustentavam a economia. Enquanto muitas áreas investiam no desenvolvimento urbano, essa vila se submetia a urbanização, sem abrir mão da sustentação dada pelas fazendas.

Através dos inventários deixados por famílias que viviam nessa vila, é possível mostrar que as riquezas e heranças deixadas eram provenientes das fazendas: base econômica da vila.

Exemplo disso é o inventário de Josepha Lima do Couto Cartaxo, que, apesar de declarar, no seu inventário, possuir algumas peças de ouro, prata e cobre, sua maior riqueza estava nas partes de terras que possuía, bem como, nos bens existentes em suas fazendas, na maioria animais. Através do inventário dessa senhora, que possuía três quartos de comércio e quatro casas de morada na Vila de Cajazeiras, observamos que sua fonte de riqueza e sobrevivência era a fazenda. Apesar dos bens imóveis declarados, seu acervo econômico tem como base as riquezas conservadas nas suas fazendas.

A vila de Cajazeiras estava envolvida em emblemas de um mundo rural. Há uma grande dependência econômica desta em relação às fazendas; afinal de contas, os produtos das fazendas abasteciam a vila e eram levados para outros centros comerciais para serem comercializados. Os lucros adquiridos advinham de

outros centros comerciais que retornavam a Cajazeiras; possibilitando a movimentação do comércio local.

Como esse povoado encontrava-se preso ao mundo rural, era preciso buscar outros centros comerciais para adquirir moedas, a fim de promover investimentos, em fazendas e, conseqüentemente, movimentar o comércio da vila. Não encontramos, nos inventários, nenhuma notificação de riquezas advindas da vila, o que nos leva a concluir que a acumulação de riquezas e a circulação de moeda, na vila eram provenientes das fazendas.

Muitas famílias geravam renda nas fazendas e investiam na vila de Cajazeiras, de forma direta ou indireta. Direta, quando compravam produtos no comércio da vila, não produzidos nas fazendas, indiretamente, quando começavam a investir em construção de casas que mais adiante passariam a ser comercializadas.

Comprovamos isso nos inventários de Mariano Gomes de Albuquerque, Lionarda Barbosa de Menezes e Josepha Lima do Couto Cartaxo, que deixam aos seus herdeiros: casas de morada, edificadas em tijolos, na vila de Cajazeiras, localizadas na rua da Aurora, na rua Boa Vista, na rua da Matriz. Cita ainda, como dissemos anteriormente, quartos de comércio com armação e calçadas de pedras.

Esse emblema de mundo rural vai permanecer em Cajazeiras por muitos anos, conforme inventários, pesquisados até o ano de 1885, vésperas da proclamação da república. As riquezas apresentadas pelas famílias dessa região são todos bens pertencentes às fazendas: partes de terras, vacas, cavalos, jumentos, casas localizadas nas propriedades, plantações de algodão, móveis e utensílios existentes nas casas de morada e, não podemos esquecer, os escravos.

A economia da vila não girava somente em torno de plantações e criações: começava a se desenvolver o comércio. Os proprietários das fazendas procuravam garantir o sustento de suas famílias, através do cultivo de gêneros alimentícios e da criação de animais, utilizados tanto trabalho da terra como na alimentação das pessoas que moravam na fazenda. Era comum fazendas possuírem vacas, cabras,

cavalos e jumentos. Estes últimos serviam para o deslocamento das pessoas e transporte de cargas.

Dentre os produtos cultivados pelas famílias tínhamos: milho, arroz, mandioca, algodão e cana-de-açúcar. Todos esses gêneros eram adaptáveis ao clima do sertão, mas não se produzia somente para o consumo. Prova disso são as máquinas de beneficiamento de algodão e cana. Como registro disso temos a compra e venda de uma parte de terra na localidade de Cova do Tapuia, na data de Timbaúba, do termo de Cajazeiras e freguesia de São José de Piranhas, onde estava incluída no negócio uma casa de engenho e de morada, com todas as benfeitorias, pertences e um açude. Além da cana, era comum o beneficiamento do algodão; algumas famílias utilizavam a bolandeira, para descarregar algodão, a imprensa para prensar o algodão e diminuir o seu volume e o "tiá" (sic), para fiar o algodão e depois confeccionar tecidos. Outro produto que é citado nos inventários é o couro de animal, tanto era comercializado, como utilizado para confeccionar móveis domésticos: cadeiras.

O algodão, o couro e os produtos derivados da cana não ficavam restritos às fazendas. Esses produtos vão incentivar o desenvolvimento do comércio entre as fazendas, vilas e cidades, não restrito à vila de Cajazeiras. Josepha Lima do Couto Cartaxo deixou para os seus herdeiros no inventário no ano de 1883, mais de quarenta "*burros de lotes*" (sic). Uma pessoa que possuía tamanha quantidade de "burros de lotes", só poderia utilizá-los para o transporte de mercadorias a serem comercializadas. Além de animais e terras, essa senhora também possuía quatro casas de morada na cidade de Cajazeiras e três quartos de comércio, com armação e calçadas de pedras, comprovando assim que já despontava o comércio, na cidade.

As casas de morada, no período em estudo, não ostentavam luxo, nem riqueza. Eram moradas simples com pouco móveis, fabricados com recursos naturais da própria fazenda. A maioria das fazendas possuía uma mesa de cedro com gavetas, poucas cadeiras, ou até mesmo tamboretas fabricados com couro de animal. Poucas famílias possuíam peças de ouro, prata ou cobre; não foi registrado nenhum móvel ou utensílio que tenha sido importado do exterior.

Com esse histórico da vila de Cajazeiras mostramos a vida arcaica, assim mantida por muitos anos. As fazendas eram a base econômico-social da vila; sem elas a vila não teria como se sustentar, nem conseguiria progredir. O progresso demorou a chegar aqui, pois a riqueza acumulada até 1885, se comparada a alguma vila do litoral, era mínima. As riquezas deixadas por heranças eram básicas: o mínimo necessário à sobrevivência da família, com poucas exceções. Todas elas estavam ligadas às fazendas. A vila não tinha autonomia suficiente para manter-se sem o auxílio da fazenda, podemos dizer até, que a vila era uma extensão das fazendas.

Concluimos assim: o Período Colonial Brasileiro não terminara por completo em todo o território, assim como não acontecera a ocupação do Brasil no mesmo momento. Foi um processo lento e gradativo. Esse mundo colonial, enraizado no grande latifúndio, não rompeu por igual em todo o Brasil. Enquanto em algumas regiões o progresso despontava com tecnologia e produtos exportados de outros centros comerciais, os sertões do Brasil continuavam estagnados no retrocesso do mundo rural.

Assim como nas outras regiões do Brasil, a vila de Cajazeiras surgiu de um mundo rural e continuou envolvida por ele durante muito tempo. O desenvolvimento das vilas do interior, vai demorar um pouco mais do que as vilas do litoral da Província. Essa diferença é proveniente do espaço de tempo que vai existir entre a colonização da região litorânea e as entradas para o interior das regiões. Sendo assim, surgiram as fazendas no litoral, logo em seguida originou-se as vilas próximas a essas fazendas, para só depois começarem as entradas das bandeiras em busca de cativos para o trabalho escravo, como consequência dessas bandeiras. A exploração no interior das províncias, foi um processo gradativo e lento, acarretando uma grande diferença, em relação ao desenvolvimento sócio-econômico, entre o interior e o litoral.

As fazendas do interior estavam em desvantagem em relação às fazendas do litoral e do brejo: eram submetidas ao clima desfavorável, ao plantio de alguns gêneros agrícolas, obrigando os fazendeiros ao cultivo de produtos adaptáveis ao sertão. Além do fator clima, outra grande desvantagem para os fazendeiros

sertanejos era a distância das fazenda em relação aos grandes centros comerciais. Entrave principal: carência de transporte; não existiam estradas de ferro, beneficiando o interior; o transporte tinha de ser feito a lombo de animais, acarretando desperdício de tempo e encarecimento dos produtos.

O desenvolvimento urbano das regiões sertanejas interioranas tardou mais que nas regiões litorâneas, que aos poucos foram se transformando em regiões metropolitanas. Essa situação do sertão vai começar a mudar de feição com o advento de investimentos em estradas de ferro. As estradas de ferros impulsionavam o progresso no interior das províncias, facilitando o transporte de mercadorias importadas, e aceleração da comercialização dos produtos das fazendas. Apesar do progresso advindo com as ferrovias, muitas vilas continuaram sustentadas pela economia agrária das fazendas.

É a partir desse contato maior entre o interior e o litoral que as vilas começam a se desenvolver, e, mesmo que lentamente, vai começar a se libertar do mundo rural: as fazendas, aos poucos começarão a perder espaço e poder para o desenvolvimento comercial das vilas.

O escravo esteve sempre presente na vida das fazendas de Cajazeiras. Muitas pessoas compraram e venderam escravos, apesar do registro da compra e venda ser feito na vila de Cajazeiras os seus compradores e vendedores moravam na zona rural, por isso que afirmamos a importância das fazendas nessa vila.

Não se investia somente em mão-de-obra, também eram feitos investimentos em animais para transportar os produtos da fazenda para a vila ou então para os portos. Os animais estão presentes em todos os inventários pesquisas no Fórum de Cajazeiras, sejam eles vacas, cabras, cavalos ou burros. Esses eram utilizados na alimentação da família, no trabalho da fazenda e principalmente no transporte da produção da fazenda para os centros comerciais.

CONCLUSÃO

Ao final desse trabalho, concluímos que ao investigar sobre a Vila de Cajazeiras no período de 1865 a 1885 encontramos um mundo rural, onde a persistência da vida *colonial* se fazia presente. Esta era totalmente dependente das fazendas que a cercavam e não tinham autonomia para sustentar-se sem o apoio delas.

A economia girava em torno do que se produzia nas fazendas, o comércio era movimentado a partir dos lucros obtidos na comercialização dos produtos ali cultivados. A produção não era totalmente absorvida pelos moradores locais, levando os fazendeiros a buscarem outros mercados para comercializar seus produtos. Provavelmente, a busca por outros centros comerciais contribuiu para o desenvolvimento da Vila, pois os lucros que eram obtidos fora da nossa região retornavam, parte para o comércio local e parte para investimentos nas unidades produtoras.

Apesar de não detectamos um grande desenvolvimento econômico na Vila, não podemos dizer o mesmo das fazendas. A maioria das fazendas estudadas apresentava autonomia e desenvolvimento econômico, contavam com a mão-de-obra escrava, produziam para o sustento da família e para o comércio, utilizavam máquinas de beneficiamento de algodão e a cana de açúcar. Só a utilização do escravo já mostra que os fazendeiros possuíam um certo aparato econômico: cada escravo era comprado por valores altíssimos, principalmente os jovens e de sexo masculino.

Sabemos ainda, que os gêneros mais comuns nas plantações eram a cana-de-açúcar, o milho, o arroz, a mandioca e o algodão; que os animais como o cavalo e o jumento serviam de transporte para as pessoas e os produtos e eram bens de grande valor; que o escravo, apesar de seu alto custo de aquisição, estará presente em todo esse momento de ruralização.

Em resumo, encontramos Cajazeiras sustentada por uma base econômica provinda das fazendas e as riquezas ligadas à economia rural. As famílias mais abastadas possuíam terras, animais e escravos. Poucos bens imóveis,

localizados na Vila, eram deixados de herança. A maioria das heranças deixadas, eram bens pertencentes às fazendas ou até mesmo as próprias fazendas. O progresso demorou a chegar aqui, e por muito tempo estivemos enraizados no mundo rural.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Ed. Massangana, São Paulo, Cortez, 1999, pp. 19-37.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **O objeto em História**. In: PORTOCARRERO, Vera e CASTELO BRANCO, Guilherme, *retratos de Foucault*. Rio de Janeiro, NAU, 2000, pp. 117-137.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **A História da Vida Privada no Brasil 2 – Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- ARANHA, Gervácio Batista. **A história renovada: a emergência dos novos paradigmas**. in Saeculum: revista de história, nº 4/5, João Pessoa, Univertária/UFPB, 2000, pp.41-73
- ARANHA, Gervácio Batista. **A nova história, seus temas e métodos: um diálogo com a antropologia**. in Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômica, ano XVI, nº 14, Campina Grande, UFPB, 1997, pp.47-81
- ARIÉ, Philippe. **A história marxista e história conservadora**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989, pp. 44-69.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983, pp.122-155.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales: dos fundadores a era Braudel**. São Paulo, UNESP, 1991, pp. 17-78.
- BURKE, Peter. **A história vista de baixo**. São Paulo, UNESP, 1992, pp. 39-62.
- BURKE, Peter. **Sobre a micro-história**. Ibidem, pp. 133-161.
- BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, pp.233-267.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997, pp. 127-162, 297-311 e 259-296.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos; SCHNOOR, Eduardo **Resgate: uma janela para o oitocentos**, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. **Medo Branco de Almas Negras: Escravos Libertos e Republicanos na cidade do Rio**. in **Revista Brasileira de História**. Vol. 8, nº 16, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1998, pp.83-105.
- DANTAS, Elisalva Madruga; BRITTO, Jomar Muniz (Org.) **Interpretações do Brasil. Encontros e Desencontros**. João Pessoa, Editora da UFPB, 2002, pp. 65-85 e 161-177.
- DARTON, Robert. **O massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1986, pp.103-139
- FLORENTINO, Manolo. **Resgate: uma janela para o oitocentos**, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.
- FRAGOSO, João. **Resgate: uma janela para o oitocentos**, Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.
- FREIRE, Gilberto – **Casa-grade e Senzala**. 21 ed., Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio, 1981
- FREIRE, Gilberto – **Sobrados e mucambos** – 12ª ed., Rio de Janeiro, Record, 2000.
- FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2ed., São Paulo, Contexto, 1998, pp. 17-38 e 57-72.
- FURTADO, Celso – **Formação econômica do Brasil** – 32ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2003

- GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais**, São Paulo, Companhia das Letras, 1989
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp.75-124.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. **Memória coletiva e história científica** in **Revista Brasileira de História**. Vol. 14, n 28, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, pp.180-193.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima. **Questões da teoria e metodologia da história**. Porto Alegre, Universidade/UFRGS, 2000, pp. 19-40.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 11ª edição, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977., pp. xi-xii.
- HUNT, Lynn. **A história da cultura de Michel Foucault**. São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp. 33-62.
- JODELET, Denise. **As Representações Sociais** – Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001
- LARA, Hunold Silvia. **Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil**. in **Periódicos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. n. 0 (1981). – São Paulo, EDUC,1981, pp. 25-38.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de Família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1993, pp. 81-110.
- LUZ, Madel T. **Natural Racional, Social. Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna**. Rio de Janeiro, Campus, 1988, pp. 15-41.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo, Ática, 1977, pp. 17-83.
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, pp. 9-24
- ODÁLIA, Nilo. **As Formas dos Mesmo. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna**. São Paulo, EDUNESP, 1997.
- PRADO JÚNIOR, Caio – **História Econômica do Brasil** – 45ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1998.
- SCHWARTZ, Lilia Moriz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 11-66 e 99-140
- VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história – Os Protagonistas Anônimos da História**, Rio de Janeiro, Campus, 2002
- VIANA, Oliveira – **Interpretes do Brasil – Populações meridionais do Brasil**. Volume I, Introdução Geral, Biblioteca luso-brasileira, Série Brasileira.
- WEHLING, Arno. **Filosofia, metodologia e teoria da história: uma delimitação pelas respectivas origens**. Rio/Niterói, Gama Filho/UFF, 1994, pp. 93-109.
- WRITE, Hayden. **A interpretação da História**. São Paulo, EDUSP, 1994, pp. 97-116 e 137-151
- Inventário de Bonifácia Martins Pereira e Manoel José Pereira em 1865
- Inventário de Josepha Lima do Couto Cartaxo em 1883
- Inventário de Lionarda Barbosa de Menezes e Lianso Varella de Lira em 1865
- Inventário de Mariano Gomes de Albuquerque em 1880.
- Inventário de Victorino Gomes Leitão de 1883
- Livros de registros de cartório de compra e venda de terras e escravos de 1864 a 1885